

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

CLAUDIA MARIA MOURA DE CASTRO AMARAL

**TRAÇOS DA HISTÓRIA E RESQUÍCIOS DA MEMÓRIA: ESCOLA PARQUE
PRIMÁRIO COMPLEMENTAR – LEOPOLDINA/ MG**

Niterói
2017

CLAUDIA MARIA MOURA DE CASTRO AMARAL

**TRAÇOS DA HISTÓRIA E RESQUÍCIOS DA MEMÓRIA: ESCOLA PARQUE
PRIMÁRIO COMPLEMENTAR – LEOPOLDINA/ MG**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Campus Niterói, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social e Política do Brasil

Orientador: Prof. Jorge Luiz Prata de Sousa
Doutor em História

Niterói
2017

Dedico este trabalho a meus pais, alicerces para minhas superações e conquistas; a meus irmãos, pelo incentivo; a meu marido, pela paciência no período de minhas pesquisas estudo e, especialmente, a meu filho Vinícius, o maior tesouro da minha vida.

AGRADEÇO, acima de tudo, a Deus.

Meus agradecimentos especiais a meus pais que, sempre, com amor e sem medir esforços, estiveram dispostos a cuidar para que eu tivesse todas as condições para seguir à busca dos meus objetivos e minhas vitórias; a meus irmãos, pelo apoio incondicional; a meu marido, pela paciência, na minha ausência durante meus momentos de pesquisa e estudo; a meus amigos que acompanharam, com alegria, minhas vitórias; à Irmã Maria da Conceição Pinto Ferreira, sábia educadora, com quem aprendi muito do que sei e a quem devo muito do meu crescimento pessoal e profissional; a todos os professores que passaram por mim e deixaram suas marcas positivas na minha vida.

Agradeço, especialmente, à professora Dra. Beatriz Bento de Souza, pelo grande incentivo, à professora Dra. Marly de Almeida Gomes Vianna, por suas orientações e ao meu Orientador, professor Dr. Jorge Luiz Prata de Sousa, pela paciência e palavras de incentivo durante minha trajetória no Mestrado.

RESUMO

Esta pesquisa de Mestrado tem como objeto de estudo a Escola Parque Primário Complementar, fundada em 09 de abril de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira – JK -, no município de Leopoldina, Minas Gerais. O objetivo geral deste estudo constitui-se em analisar a Escola Parque Primário Complementar, instalada a partir da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, como projeto inovador para a educação, as influências políticas para sua instalação em Leopoldina e as possíveis marcas que esta Instituição de Ensino imprimiu na vida das pessoas que participaram do cotidiano dessa escola. O estudo analisa documentos e relatos de ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários da escola, além da análise de registros na imprensa local sobre a educação no município de Leopoldina, especificamente nos conteúdos pertinentes ao contexto da escola estudada. Utiliza-se a abordagem qualitativa e a metodologia da história oral na coleta de dados e produção de fonte de pesquisa. Por meio deste estudo, foi possível a identificação, na documentação, no registro na imprensa local e nos relatos dos entrevistados, da influência política, para a instalação dessa escola no município, do período de funcionamento da Escola e das marcas positivas deixadas na vida pessoal e profissional dos cidadãos que participaram da comunidade escolar dessa Instituição de ensino. Esta pesquisa abre possibilidade para que outros pesquisadores possam ampliar os estudos da Escola Parque Primário Complementar a partir das fontes identificadas e da análise dos relatos apresentados neste estudo.

Palavras-chave: Política. Educação. História oral.

ABSTRACT

This Master's thesis main aim is the study of Complementary Primary Park School, founded in April 9, 1960, by the government of Juscelino Kubitschek - JK - in Leopoldina district, of Minas Gerais. The aim of this study consists in analyzing the Complementary Primary Park School, installed by the National Campaign for Eradication of Illiteracy, as an innovative design for education, political influence for installation in Leopoldina and possible hallmarks that this education institution left in the lives of people who participated in the daily life of the school. The research analyzes documents, reports and speeches of ex-students, former teachers and school former employees, as well as analysis records in the local press about education in Leopoldina city, specifically in relevant content to the school context studied. It uses a qualitative approach and the methodology of oral history in the collection data in production of research source. Through this study, it was possible to identify in the documentation, in registration in the local press and the reports of the interviewed, the political influence for the installation of this school in municipality, the period of operation of the school and the positive marks left on the personal and professional lives of citizens who had participated in the school community of this educational institution. This research opens possibilities for other researchers to expand the study of Complementary Primary Park School from identified sources and by the reviewed reports presented in this study.

Keywords: Politics. Education. Oral History

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A EDUCAÇÃO DO BRASIL NO GOVERNO DE JK	11
1.1 O contexto político	11
1.2 O contexto educacional e a influência da Escola Nova	17
1.3 O Plano de Metas e a modernização do Brasil	23
2 CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO E A ESCOLA PARQUE PRIMÁRIO COMPLEMENTAR – LEOPOLDINA (MG)	31
2.1 A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo	33
2.2 O projeto piloto de erradicação do analfabetismo no Brasil	35
2.2.1 Influência política do Ministério da Educação e Cultura na educação do município de Leopoldina (MG)	39
2.2.2 Ensino Complementar Primário	45
2.3 Escola Parque Primário Complementar - Leopoldina (MG)	46
3 ESCOLA PARQUE: MARCA NA MEMÓRIA DOS MEMBROS DA COMUNIDADE ESCOLAR E NA IMPRENSA LOCAL	54
3.1 História oral: ponte para o registro da memória	54
3.2 Significado da Escola Parque Primário Complementar na memória dos membros da comunidade escolar	55
3.2.1 Relatos de ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários	57
3.3 Registros na imprensa local - Gazeta de Leopoldina	66
3.3.1 Clóvis Salgado – Ministro da Educação do governo de JK	66
3.3.2 O Censo Escolar do Brasil: ideia salvadora	68
3.3.3 Revolução e Educação	72
3.3.4 Instalação de escritório da Aliança para o Progresso em Leopoldina - 1967	73
3.3.5 Contexto econômico e político de Leopoldina, em 1970	74
3.3.6 Soerguimento de Leopoldina	76
3.3.7 Educadores se reúnem na Escola Parque para estudo da reforma de ensino- Lei 5.692/71	77

3.3.8 A situação da Escola Parque Primário Complementar em comparação às demais escolas de Leopoldina – 1971	78
3.3.9 Grupo Escolar do MEC para o município	79
3.3.10 José Domingues categórico: Teremos o Ginásio Polivalente.....	80
3.3.11 Visita do Secretário de Educação: proposta de definição da situação da Escola Parque	81
3.3.12 Teremos o Polivalente no Próximo Ano	82
3.3.13 Escola Polivalente será no Parque Primário Complementar	83
3.3.14 Uma escola por mês – uma meta da década de 1970/1979	84
3.3.15 Transferência dos funcionários do Parque Primário e do Centro de Treinamento, em 1973	86
3.3.16 O destino do prédio da extinta Escola Parque – 1974	87
3.4 Outra referência da imprensa local – A Tocha	88
CONCLUSÃO.....	92
FONTES	94
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

Na ocasião da inauguração da Escola Parque no município de Leopoldina, o Brasil estava sob a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira - o JK - que apresentava uma proposta social-democrata para o país e propunha um plano de desenvolvimento baseado na aceleração da industrialização.

O presidente JK propunha, para o crescimento do Brasil, um ritmo que pudesse provocar mudanças sociais rápidas. Havia, portanto, necessidade de investimento em urbanização e, sobretudo na Educação, especialmente na alfabetização.

O estudo da história da Escola Parque Primário Complementar pode se constituir na análise de parte da história política de Leopoldina. As lideranças locais interagiram com o governo federal a fim de trazer esse projeto para o interior de Minas Gerais, o que demonstra a influência política do município à época.

Neste sentido, torna-se relevante realizar um estudo de caso da Escola Parque Primário Complementar, fundada em 1960, no município de Leopoldina, Zona da Mara de Minas Gerais, pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek.

A pesquisa apresentará, como recorte temporal, o período de 1956, início do governo de JK, até a ocasião do fechamento da escola, no início da década de 1970.

Constitui-se objetivo geral desta pesquisa analisar a Escola Parque Primário Complementar, instalada em 1960, em Leopoldina, Minas Gerais, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, como projeto inovador para a educação no município e as possíveis marcas que essa Instituição de Ensino imprimiu na vida das pessoas que participaram do cotidiano dessa escola.

A pesquisa tem como objetivos específicos: reconstituir os registros da memória das pessoas que participaram diretamente do cotidiano da Escola Parque Primário Complementar de Leopoldina, realizar o levantamento dos documentos referentes à instituição, compreender a articulação política que tornou possível a instalação da Escola Parque, em Leopoldina, a partir da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, competindo com outros municípios da região, verificar as impressões da Instituição que ficaram registradas na memória dos ex-

alunos, ex-professores e ex-funcionários dessa escola e analisar, do ponto de vista dos pesquisados, as razões do fechamento da Escola, no início da década de 1970.

Esta pesquisa assume o caráter qualitativo e trabalha com: significados, motivações, valores e crenças traduzidos por meio da aplicação da metodologia da história oral que, conforme Marieta de Moraes Ferreira (1995) utiliza de entrevistas gravadas com pessoas que tenham possibilidade de relatar acontecimentos relacionados a diferentes aspectos da história contemporânea, contribuindo para o registro do passado pelos próprios sujeitos nele envolvidos.

Segundo Pierre Nora¹, o desconhecimento da maneira como o passado é construído, gera uma incerteza que transforma tudo em vestígio e em possíveis indícios e suspeitas a respeito da construção da história. Sendo assim, com a aplicação de entrevistas, podem-se resgatar elementos relacionados à memória de sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, no período de funcionamento dessa Escola.

Há, dessa forma, a possibilidade de serem registradas as ideias e sentimentos compartilhados, através da voz, fisionomia e reações do entrevistado, durante a filmagem ou gravação.

Esta pesquisa não é baseada unicamente no material coletado nas entrevistas. Este estudo se concretiza no levantamento de fontes documentais e na leitura da produção científica que dá suporte à investigação. Pode-se confrontar os relatos com outras fontes de forma a propiciar a reflexão relativa ao objeto estudado.

A partir da análise das informações coletadas nas entrevistas semiestruturadas, com base em um roteiro preestabelecido, o entrevistador tem a possibilidade de intervir nos relatos, ampliando os questionamentos para o desenvolvimento mais fidedigno dos dados obtidos para confronto com as demais fontes.

¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10. dez. 1993, p. 13.

Outro aspecto a ser considerado nesta pesquisa refere-se ao estudo do significado da Escola Parque de Leopoldina como *lugar de memória* do município onde foi instalada.

Segundo Nora², os lugares de memória são materiais, onde se localiza a memória social e podem ser apreendidos pelos sentidos; são funcionais, ao adquirirem a função de embasar as memórias coletivas e simbólicas porque neles a memória coletiva torna-se expressa, constituindo-se como identidade.

Os relatos de ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários da escola objeto do estudo, apresentados no decorrer das entrevistas, em áudio e vídeo, encontram-se arquivados na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Leopoldina.

² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10. dez. 1993, p. 15.

1 A EDUCAÇÃO DO BRASIL NO GOVERNO DE JK

1.1 O contexto político

O primeiro período republicano brasileiro vigorou, no Brasil, até o ano de 1930. A principal característica desse período, a chamada Primeira República, evidenciava-se pela hegemonia das oligarquias paulista e mineira, que controlavam o poder federal e das oligarquias estaduais. Essa articulação foi possível através de um sistema de alianças que englobou a chamada política do café com leite, a política dos governadores e o coronelismo.

Em março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República, com a vitória do candidato governista Júlio Prestes que, entretanto, não tomou posse, pois a Aliança Liberal³ recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando a existência de uma fraude a favor de Prestes. Além disso, nos estados onde a Aliança Liberal tinha sido vitoriosa, os deputados eleitos não obtiveram o reconhecimento dos seus mandatos. Como resultado disso, os estados aliados, principalmente o Rio Grande do Sul, planejaram uma revolta armada. A situação agravou-se ainda mais quando João Pessoa, o candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, foi assassinado em Recife, Pernambuco. O grupo favorável à candidatura de Vargas atribuiu a culpa desse assassinato à oposição, além de culpar a situação econômica caótica do país que teria sido acentuada pela crise de 1929.

E, desta forma, em 1930, os ânimos estavam exaltados nos meios políticos e nos quartéis. A vitória do candidato oficial Júlio Prestes contra o opositor Getúlio Vargas promoveu divisões nos grupos regionais dominantes e colocou por terra o projeto de alguns deles de chegar ao poder pela via legal. A conspiração ganhou corpo no decorrer daquele ano, contando com o apoio de lideranças civis e militares, entre eles Góes Monteiro, interessadas em reservar para o Exército uma situação de maior importância no futuro governo. Os tenentes, mesmo divididos, tiveram um papel fundamental tanto na preparação como na

³ Nome dado aos aliados mineiros, gaúchos e paraibanos.

direção do movimento que promoveu a derrubada do governo na Revolução de 1930. A partir daí, subiram de posto e chegaram ao poder. O caminho agora estava aberto para reformar o país⁴.

Vargas havia se comprometido a governar pelo tempo suficiente para convocar eleições. No entanto, o presidente adotou medidas que atendiam demandas de grupos da elite e das camadas populares. Teve início, então, o populismo varguista com a assinatura das leis trabalhistas.

Dessa forma, a oposição às atitudes de centralização de Vargas ficou restrita, sobretudo, a São Paulo. A oligarquia local, apelando para a autonomia política e para um discurso de conteúdo regionalista, convocou o povo paulistano a lutar contra o governo Getúlio Vargas, exigindo a realização de eleições que tinham como finalidade a instalação de uma Assembleia Constituinte. A partir desse movimento, teve origem a chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

O presidente convocou eleições para a Constituinte. Assim, em 1934, uma nova Constituição foi promulgada. Se, por um lado, o texto constitucional dava maiores poderes ao poder executivo, por outro lado, adotou medidas democráticas e iniciou o processo para a elaboração da legislação trabalhista. Foi sancionado o voto secreto e o voto feminino. Foi instituído o cargo de deputado classista, representante dos sindicatos criados por Getúlio. Vargas obteve maioria do Congresso e conseguiu que a sua proposta de eleições indiretas fosse aceita.

Esse segundo mandato ficou conhecido como Governo Constitucional e o governo tinha como fundamento dois ideais primordiais: o fascista⁵, defendido pela Ação Integralista Brasileira (AIB), e o democrático e apresentado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), que era favorável à reforma agrária, à luta contra o imperialismo e à revolução por meio da luta de classes.

A Aliança Nacional Libertadora promoveu uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas. Em 1935, alguns comunistas brasileiros iniciaram revoltas no interior de instituições militares nas cidades de Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE). Em razão da falta de adesão de outros estados, essa revolta, chamada de Intentona Comunista, foi controlada pelo governo.

⁴Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTentista>>. Acesso em: 24 out. 2016.

⁵ Conjunto de ideias e preceitos político-sociais totalitário introduzidos na Itália por Mussolini.

Com o intuito de manter uma política de centralização do poder, Getúlio aproveitou a experiência frustrada do golpe, em parte, e declarou estado de sítio, perseguiu seus oponentes e desarticulou o movimento comunista brasileiro. Ele conseguiu anular a nova eleição presidencial que deveria acontecer em 1938. Utilizou o Plano Cohen, forjado pelo próprio governo, para anular a constituição de 1934, com a dissolução do Poder Legislativo e o fechamento do Congresso Nacional. Dessa forma, Getúlio passou a governar com amplos poderes, instalando-se, assim, o chamado Estado Novo, um período de ditadura na História do Brasil. Uma nova Constituição, conhecida como Polaca, que mantinha um forte diálogo com o fascismo, foi imposta.

O golpe de Getúlio Vargas foi organizado com a contribuição dos militares e apoio de grande parte da sociedade, especialmente da classe média, alarmada pela propaganda anticomunista do governo.

A partir de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, perseguiu e prendeu seus inimigos políticos, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade a sua política trabalhista com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), além de promover a publicação do Código Penal e do Código de Processo Penal. Vargas foi responsável, também, pelas concepções da Carteira de Trabalho, da Justiça do Trabalho, do salário mínimo, e pelo descanso semanal remunerado.

Durante o governo de Vargas, o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, em consonância com a dependência econômica do país aos EUA. A derrota das nações nazifascistas propiciou o crescimento da oposição ao governo de Vargas, havendo ampliação da mobilização pela democratização do país. Dessa forma, o governo perdeu o apoio do Exército e de grande parte das elites e das camadas médias da população. O presidente ainda tentou reverter o quadro político e sentiu-se obrigado a indultar os presos políticos e convocar eleições gerais. No entanto, já era tarde. Vargas foi deposto pelo Exército, em 1945.

O Estado Novo (1937- 1945) demarcou a instalação de um Estado autoritário, centralizado politicamente. Esse período foi marcado por modernização econômica e social, evidenciado pelo avanço da industrialização e urbanização, pela implementação de políticas sociais com abrangência na área de regulamentação das relações de trabalho, da saúde pública, da educação e da cultura.

O processo de formação de uma sociedade mais urbana e industrial foi iniciado provocando um fluxo de pessoas que saíam do meio rural em direção às cidades. Com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce, o governo demonstrou a preocupação em implantar a indústria de base no Brasil, que foi fortalecida durante o segundo mandato de Vargas, com a fundação da Petrobrás, da Eletrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE⁶

A queda de Vargas não significou o fim da sua trajetória política. Em 1945, seu candidato à presidência, o General Dutra foi eleito. O próprio presidente saiu vitorioso na eleição para o senado. Em 1951, com o fim do mandato de Dutra, Vargas foi eleito para mais um mandato. Sem dúvida nenhuma, a sólida base popular construída pelo presidente com as leis trabalhistas e a política sindical influenciaram no resultado dessas eleições.

Em 1951, portanto, após um período como senador da República, Getúlio retornou ao poder, dessa vez por meio do voto popular. A oposição, que se encontrava aliada às Forças Armadas, procurava combater a política econômica de desenvolvimento estatal. O nacionalismo econômico ia de encontro aos interesses de parte da elite e do governo dos Estados Unidos da América. Era o período da Guerra Fria que aumentava, ainda mais, a polarização na política do Brasil. E, por isso, o período compreendido entre 1951 e 1954 apresentou tensão econômica, acarretando um desfecho dramático: o suicídio do presidente Vargas, em 24 de agosto de 1954.

A chamada Era Vargas foi um período que marcou a sociedade brasileira em vários aspectos. Foi Vargas que inaugurou um novo estilo de governar que teve sobrevida na política brasileira: o populismo. A política populista pode ser compreendida no contexto da crise política e da abertura para o desenvolvimento econômico, iniciado com a Revolução de 1930. Essa expressão representava o período de crise da oligarquia e do liberalismo, assim como do processo de ampliação do Estado, apoiado, basicamente, em um tipo de autoritarismo, como o institucional da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945)

⁶ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE- foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. Disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/publicações/catalogolivro50anos.asp>

Nesse período, intensificou-se, no Brasil, a formação de uma sociedade que demonstrava necessidade de bens culturais, além dos bens de consumo. Havia a demanda pelo novo, pela vontade manifesta de mudança não somente na esfera econômica e política, mas também nas artes e cultura.

A produção cultural desse período caracterizou-se pela valorização da arte popular como fundamento da nacionalidade brasileira, em sintonia com o espírito nacionalista, crescente na época, e em consonância com as possibilidades de desenvolvimento e transformação do Brasil.

Após a morte do presidente Getúlio Vargas, houve a convocação de novas eleições para presidente da República.

Nas eleições de 1955, o Partido Social Democrático – PSD - apresentava a candidatura de Juscelino Kubitschek de Oliveira - JK-, ex-governador do estado de Minas Gerais, nesse mesmo partido. Juscelino demonstrava semelhanças com Vargas, especialmente no que se referia aos ideais de desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB- aprovava a candidatura de JK e apresentou a indicação de João Goulart, para vice.

O líder do Partido Comunista Brasileiro – PCB -, Luis Carlos Prestes, aprovava essa união política. A disputa eleitoral definiu-se, então, com a coligação PSD/PTB, contra Juarez Távora, candidato da União Democrática Nacional – UDN -, Plínio Salgado (PRP) e Ademar de Barros (PSP).

Apesar da oposição, Juscelino Kubitschek foi eleito e tomou posse no dia 31 de janeiro de 1956. JK apresentou à nação, em fevereiro do mesmo ano, ou seja, quase imediatamente após sua posse, o Plano Nacional de Desenvolvimento, posteriormente conhecido como seu Plano de Metas, com propostas de medidas que levariam ao desenvolvimento do país de forma a provocar importantes mudanças e impactos na economia nacional, nos diferentes setores do Brasil.

O “juscelinismo”, segundo Celso Lafer⁷, constitui-se na nomenclatura utilizada para o período em que o Brasil ficou sob o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, caracterizando-se por uma política que procurava a conciliação entre o velho e o novo, entre as elites e as massas e identificava-se com um novo tipo de nacionalismo que privilegiava o desenvolvimentismo na mobilização de recursos e

⁷ LAFER, 2002, p.84.

de apoio político, mas também no nível ideológico, ligado ao grupo de intelectuais em articulação com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.

Benevides afirma que o juscelinismo

representava - ao lado de uma posição inovadora quanto à industrialização e ao crescimento econômico- *uma aliança política conservadora*- que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional, representadas no PSD (Partido Social Democrático) e no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)⁸.

A autora afirma, ainda, que essa composição de forças significava

o apoio da industrialização modernizadora, aliada à manutenção da ‘paz e tranquilidade’ no campo; a criação de empregos e a mobilização do voto urbano, e o controle sobre as reivindicações sindicais, principalmente através do vice João Goulart, que dominava o Ministério do Trabalho⁹.

Sendo assim, JK conduziu o jogo político, conciliando elementos divergentes: o conservadorismo e o modernismo. Os aspectos da modernidade apresentavam-se de maneiras diversas nas diferentes regiões do país, devendo ser considerados por aqueles responsáveis pelo planejamento das ações relativas à educação em cada área, adaptando as soluções encontradas para possibilitar ao povo mais participação na cultura do país.

O Brasil, na década de 1950, apresentou características resultantes das influências de modernidade, em diferentes aspectos, como: processo de capitalismo, industrialização em marcha, secularização das instituições, progressos tecnológicos, liberalismo político, estatismo econômico, progressiva liberdade de pensamento e desenvolvida organização das classes trabalhadoras e patronais. Apesar da presença de características da modernidade, o país conservava alguns vestígios de atraso, com imensas áreas rurais no interior e com subáreas urbanas com situação de subemprego e de semi-escravidão, além do coronelismo político e do populismo demagógico.

A modernização proposta por JK constitui-se numa marca de seu governo. Nesse contexto, pode-se analisar o conceito de modernidade de Berman¹⁰, como

⁸ BENEVIDES, 2002, p. 26.

⁹ Ibid

¹⁰ BERMAN, 1986, p. 109.

“uma unidade paradoxal que despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia”. Esse autor divide a história da modernidade em três fases: a primeira fase definida no período do início do século XVI até o fim do século XVIII; a segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1789, com Revolução Francesa; a terceira fase inicia-se no século XX, com a expansão da modernização, abarcando virtualmente o mundo todo.

Segundo Benevides (2002), o Programa de Metas do governo de JK agradava a classe empresarial porque

o presidente enfatizava incentivos e não ordens e proibições. Isso significava estímulos à inversão privada, legislação favorável à obtenção de financiamentos externos, créditos a longo prazo, baixa taxa de juros e reserva de mercado interno para as produções substitutivas de importações(...)¹¹.

O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira foi marcado, portanto, por um período de ênfase no planejamento de estratégias para consolidação da modernização do Brasil, de forma a produzir o desenvolvimento do país.

Esse Plano não contemplava, inicialmente, a educação. Por insistência de Clóvis Salgado, que seria ministro de seu governo, o tema passa a ser incluído no plano de governo e, conseqüentemente, na agenda política do país. O Plano de Metas, que objetivava o avanço do crescimento do país, passou a incluir, dessa forma, uma única meta para a educação brasileira, referindo-se à formação de pessoal técnico, que prescrevia a orientação da educação como fator estratégico para o desenvolvimento e a modernização do país.

1.2 O contexto educacional e a influência da Escola Nova

As décadas de 1920 e 1930, segundo Aranha¹², foram marcadas por discussões sobre educação e pedagogia. Havia oposição entre as ideias dos liberais e dos conservadores, grupos da esquerda socialista e anarquistas e outros de

¹¹ BENEVIDES, 2002, p.26.

¹² ARANHA, 2006, p.301.

direita, como os integralistas. Há de se considerar, também, nesse contexto, os interesses dos militares na educação.

Os católicos representavam os ideais conservadores, na defesa da pedagogia tradicional e os “liberais democráticos eram os simpatizantes da Escola Nova, e seus divulgadores estavam imbuídos da esperança de democratizar e de transformar a sociedade por meio da escola”¹³. O escolanovismo, portanto, reagia ao individualismo e ao academicismo da educação tradicional. Os escolanovistas propunham a renovação das técnicas pedagógicas e preconizavam a exigência pela escola única (não dualista), obrigatória e gratuita. A autora ressalta o caráter científico das novas técnicas pedagógicas, propostas pelos conhecidos “educadores profissionais”¹⁴. Essas técnicas tinham amparo no conhecimento da sociologia, psicologia, biologia e da própria pedagogia moderna.

A partir de 1930, a educação despertou mais interesse dos educadores e dos governos do que ocorria anteriormente. Pode-se compreender melhor essa situação com a análise do contexto político, social e econômico conforme Aranha (2006), quando afirma que a crise do modelo oligárquico baseado na industrialização, exigia-se um melhor nível de escolarização para a população urbana.. Desta forma, em 1930, o governo provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde, órgão responsável pelo planejamento das reformas educacionais, em âmbito nacional. Francisco Campos foi escolhido para o cargo de ministro e era adepto da Escola Nova.

Dessa forma, o ministro “imprimiu uma orientação renovada nos diversos decretos de 1931 e 1932, embora atendesse a interesses que não correspondiam aos anseios dos escolanovistas”¹⁵. Apesar de avanços, especialmente no ensino superior, houve descaso pela educação fundamental, o que representou um obstáculo para a democratização do ensino. Aranha¹⁶ afirma, ainda, que se evidenciava a rigidez do sistema educacional marcado pelo enciclopedismo dos programas de estudo e de uma rigorosa avaliação, que tornava o ensino seletivo e elitista.

¹³ ARANHA, 2006, p. 302.

¹⁴ Ibid,

¹⁵ ARANHA, 2006, p. 305.

¹⁶ Ibid.

Nesse contexto educacional, foi publicado, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Escrito por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores da época, como Hermes Lima, Carneiro Leão, Afrânio Peixoto e Anísio Teixeira¹⁷, representou uma marca divisória entre educadores progressistas e conservadores. Esse documento defendia uma educação que fosse obrigatória, pública, gratuita e laica como dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional.

Em relação aos objetivos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Aranha afirma que

um dos objetivos fundamentais expressos no Manifesto- que certamente fora redigido sob a inspiração de Anísio Teixeira – era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional para os pobres e o ensino acadêmico para a elite¹⁸.

O Manifesto propunha, então, uma escola secundária unitária, constituída por uma base comum de cultura geral para todos, com duração de três anos, e depois, entre 15 e 18 anos, haveria o encaminhamento do jovem para a formação acadêmica e profissional. Essa reivindicação, entre outras, não foi acolhida na nova constituição de 1934.

Para Saviani¹⁹ o cenário brasileiro possibilitou a ampliação do pensamento liberal no país, assim como a conseqüente propagação do ideário escolanovista, movimento educacional reformador, que se originou na década de 1920 e que acreditava na educação com o elemento suficientemente eficaz para a construção de uma sociedade democrática.

Durante a vigência do Estado Novo, de 1937 a 1945, no decorrer da ditadura de Vargas, o ministro Gustavo Capanema promoveu reformas do ensino que foram regulamentadas por diversos decretos-lei de 1942 a 1946. Esses decretos receberam a denominação de Leis Orgânicas do Ensino.

A reforma educacional do ministro Capanema definiu, pela Lei Orgânica, dois tipos de ensino profissional. Um mantido pelo sistema oficial e outro, mantido pelas

¹⁷ Advogado e educador ligado ao movimento da Escola Nova e divulgador do pragmatismo de John Dewey, por acreditar que as direções da mudança social e a favor da democracia estavam apoiadas na infância, na educação (NUNES, 2010, p.19).

¹⁸ ARANHA, 2006, p. 304.

¹⁹ SAVIANI, 2017, 49.

empresas, sob a supervisão do Estado. Em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que era organizado e mantido pela Confederação Nacional das Indústrias, oferecendo cursos para aprendizagem, aperfeiçoamento, especialização e programas de atualização profissional.

Na constituição de 1946, a educação apareceu como direito de todos, havendo, ainda, vinculação de recursos para a educação. No artigo 169 dessa Constituição, ficou estabelecido, então, que a União deveria aplicar o mínimo de 10% das receitas resultantes dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, enquanto os estados, municípios e o distrito federal deveriam aplicar 20%, no mínimo, dessas mesmas receitas, na educação.

Desta maneira, após o Estado Novo, em 1946, foi regulamentada a reforma do ensino primário, com diversas modificações. Foi criado o ensino supletivo de dois anos com o objetivo de diminuir o analfabetismo, atendendo adolescentes e adultos que não tinham se escolarizado.

A lei, sob influência do movimento renovador na educação, estipulava o planejamento escolar e propunha a previsão de recursos para a implantação da reforma. No entanto, na prática, perpetuavam-se as dificuldades resultantes da inadequação da legislação à realidade do país.

No decorrer do processo de industrialização do Brasil, prevalecia, no país, a escola acadêmica, devido ao fato de o sistema oficial não acompanhar o ritmo do desenvolvimento tecnológico da indústria, que se encontrava em expansão.

Foi criado, também, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Desta forma, a população de baixa renda, encontrou, nos cursos do Senai e do Senac, boas condições para estudo e profissionalização. Os alunos desses cursos eram pagos para aprender²⁰.

Com o término da Segunda Guerra, o Brasil passou por mudanças em sua estrutura de produção, havendo uma maior diversificação da atividade da indústria, que sofreu um impulso no decorrer do conflito mundial em função da necessidade de substituir as importações. Concomitantemente, a indústria se fortaleceu, o Estado assumiu um papel fundamental, através da implementação de políticas de desenvolvimento econômico. Esse processo teve início no governo Vargas e

²⁰ ARANHA, 2006, p. 308.

acelerou-se no governo de Juscelino Kubitschek, correspondendo ao surgimento de novos segmentos intelectuais.

Em relação aos intelectuais dos anos 50, Gomes escreve:

Para os intelectuais dos anos 50, para os homens em geral dessa geração, ou mesmo para aqueles que pertencem a gerações anteriores ou posteriores, a ideia de 'tempo' com mais oportunidades e esperanças é bem visível e não deve ser menosprezada. A operação que delinea o 'tempo' o destaca daqueles que vêm 'antes' (o do suicídio de um presidente) e 'depois' (o da renúncia de um presidente, seguido de crises e de um golpe político), elegendo a figura de Juscelino como seu símbolo²¹.

A escola pública era defendida pelo educador Anísio Teixeira, então perseguido pelos bispos católicos que, em 1958, solicitaram ao governo federal que ele fosse demitido da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes- e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.

Essa situação gerou um protesto envolvendo 529 educadores, cientistas e professores de todo o país, em solidariedade a Anísio Teixeira, em forma de abaixo-assinado, o que evitou que ele fosse demitido daqueles órgãos estatais citados. E, assim, em 1959, houve a publicação do “Manifesto dos Educadores Mais uma vez Convocados”, assinado por Fernando de Azevedo e mais 189 pessoas²², que recebeu essa denominação por alusão ao outro Manifesto que foi lançado pelos mesmos educadores, em 1932, chamado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” e que defendiam o direito dos cidadãos a uma educação pública que fosse obrigatória, laica e gratuita.

O Manifesto de 1959 veio, dessa forma, reacender os ideais dos intelectuais, Pioneiros da Escola Nova, chamados escolanovistas, que defendiam uma educação que fosse garantida pelo Estado a todos os que estivessem em idade de frequentar a escola, sem discriminação. No entanto, esse manifesto era diferente do anterior, de 1932, pela ênfase dada às questões de política educacional. Os signatários desse Manifesto continuavam defendendo as mesmas diretrizes pedagógicas, porém admitiam a existência de duas redes de ensino: uma particular e outra oficial, desde que as verbas públicas fossem usadas exclusivamente na educação popular.

Do ponto de vista da organização da educação escolar, manteve-se a orientação de que os estados e o Distrito Federal organizassem seus sistemas de

²¹ GOMES, 2002, p. 13.

²² ARANHA, 2006, p. 310.

ensino, cabendo à União organizar o sistema federal de ensino e dos territórios, tendo o sistema federal um caráter supletivo, estendendo-se a todo o país nos estritos limites das deficiências locais²³.

As ideias dos intelectuais e educadores escolanovistas foram derrotadas com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, no governo de João Goulart. Esse presidente governou o país de 1961 a 1964.²⁴ A legislação em vigor previa que a União dispensaria sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de subvenção e financiamento a estabelecimentos mantidos pelos estados, municípios e particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares, instalações e equipamentos²⁵.

O manifesto de 1959 foi divulgado na ocasião em que estava intensificado o debate referente ao ensino básico. Sendo assim, tornou-se necessário que o Estado apresentasse uma definição de sua posição em relação à situação da educação no país. A Constituição de 1946 havia previsto a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1948, Clemente Mariani²⁶, ministro de educação de 1946 a 1950, apresentara um projeto de lei ao Congresso. Essa lei alteraria as regulamentações estabelecidas por Gustavo Capanema²⁷ que, na ocasião, era deputado e impediu a continuidade das discussões, razão pela qual se estendeu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, desde quando foi apresentada ao Legislativo²⁸.

O Brasil encontrava-se sem recursos financeiros para ampliar a rede oficial de ensino, deixando às margens da educação quase 50% (cinquenta por cento) da população em idade escolar. Dessa maneira, houve deliberação pela expansão da rede privada de ensino, o que não provocou a extensão dos benefícios da educação para o alcance total da população mais carente.

²³ ARANHA, 2006, p. 310.

²⁴ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao_goulart>. Acesso em: 13 out. 2016.

²⁵ Lei nº 4.024, art. 95

²⁶ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/clemente_mariani>. Acesso em: 13 out. 2016.

²⁷ Designado pelo presidente Vargas para dirigir o Ministério da Educação e Saúde, de julho de 1934 até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945.

²⁸ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/gustavo_capanema>. Acesso em: 13 out. 2016.

A educação, dessa maneira, assumia um caráter de universalidade e de formação integral, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, para assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas. A educação pública necessitava de reestruturação a fim de contribuir para o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico do país. A educação tinha, em todos os níveis, a função de conscientizar a juventude da importância do trabalho para as vitórias materiais e culturais de toda a sociedade humana.

1.3 O Plano de Metas e a modernização do país

Durante o período da República populista, quando Juscelino Kubitschek foi eleito, os problemas relacionados à racionalização do serviço público federal continuaram cada vez mais complexos. As razões eram, essencialmente, as mesmas que haviam motivado as iniciativas de reforma administrativa, no governo de Vargas. Dessa forma, o “controle do comércio externo brasileiro tornava-se cada vez mais indispensável, na medida em que se intensificava o processo de substituição de importações”²⁹. A produção interna de bens provocaria a diversificação da economia do país, com geração de novas e crescentes necessidades administrativas e implicaria, também, a necessidade de maior competência administrativa.

Diante dessa situação, duas alternativas foram apresentadas por Hélio Jaguaribe³⁰ ao presidente eleito, Juscelino Kubitschek, para a implementação do

²⁹ LAFER, 2002, p. 73.

³⁰ Hélio Jaguaribe, em 1952, passou a se reunir mensalmente com um grupo de intelectuais paulistas e cariocas no Parque Nacional de Itatiaia com a finalidade de estudar os problemas que a sociedade enfrentava. Em 1953, os cariocas do grupo de Itatiaia fundaram o Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política (Ibesp), do qual Jaguaribe foi secretário-geral. Entre 1953 e 1956, o Ibesp publicou a revista *Cadernos de Nosso Tempo*, que buscava sintetizar o pensamento do grupo, reunindo ensaios sobre a sociedade e a economia. Em 1955, os integrantes do Ibesp decidiram ampliar sua ação e criar um órgão por meio do qual pudessem influenciar nas decisões do poder relativas à orientação do desenvolvimento. Foi criado, por decreto do governo de Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), um dos núcleos mais importantes de elaboração da ideologia que ficou conhecida como nacional-desenvolvimentismo e formularam um projeto de desenvolvimento capitalista, em função da heterogeneidade do grupo. Disponível em: <

Programa de Metas: elaborar a reforma administrativa global ou manter o aparelho burocrático existente, “criando em seu âmbito um núcleo dinâmico de forma a assegurar a viabilidade da implementação do plano. Tratava-se, nesse caso, de transformar o estado cartorial em estado funcional³¹.

O governo criou, portanto, órgãos paralelos à administração pública, fortalecendo entidades existentes ou criando novas instituições, de forma a operacionalizar o Plano de Metas. Já na primeira reunião de seu ministério, em 1º de fevereiro de 1956, JK criou um órgão diretamente subordinado à Presidência da República, o Conselho do Desenvolvimento, para coordenar o detalhamento e a execução do plano.

O Plano de Metas, elaborado a partir de estudos e diagnósticos realizados desde o início da década de 1940, por diversas comissões e missões econômicas, encontrava entraves no que se referia ao crescimento econômico brasileiro conforme a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, entre 1951 e 1953, ainda no governo Vargas.

Os estudos elaborados pela Comissão Mista, assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), indicavam a necessidade da eliminação das situações de entrave ao crescimento da economia brasileira. Tratava-se de setores críticos que não permitiam, na ocasião, adequado funcionamento da economia do país, ou seja, evidenciava-se a urgência na superação dos obstáculos estruturais que impediam o desenvolvimento do Brasil.

Juscelino Kubitschek propôs-se a dar continuidade ao projeto de desenvolvimento econômico iniciado na Era Vargas, apresentando alterações nas diretrizes, com a inclusão do capital internacional. Para levar a termo esse projeto desenvolvimentista, abriu uma série de investimentos referentes à infraestrutura do país, incluindo construção de estradas, ampliação da rede de transporte e de energia, além da construção da nova capital do Brasil. Essa situação necessitava, então, da abertura para a entrada de capital estrangeiro, sob a forma de empréstimos e de investimento.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/helio_jaguaribe>. Acesso em: 24 out. 2016.

³¹ LAFER, 2002, p. 83.

O Plano de Metas enumerava os problemas urgentes a serem solucionados no país, de forma a atingir os objetivos propostos na campanha eleitoral. O Plano, em sua versão final, apresentava 30 metas, que se agrupavam em cinco grandes áreas: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Havia, ainda, nesse Plano, uma meta-síntese: a criação de Brasília, para se tornar a capital do Brasil.

Esse plano seria uma resposta do Brasil às propensões do capitalismo mundial da época, que reduzia o conceito de desenvolvimento econômico à noção de industrialização, sem preocupação com a emancipação econômica ou com questões políticas, que eram sufocadas pelo tecnicismo.

A economia assumia prevalência em detrimento da política social e as metas econômicas do governo federal ignoravam as precárias condições de vida da maioria da população brasileira. O Programa de Metas privilegiava os setores prioritários - energia, transporte, alimentação e indústria de base.

As metas, definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, objetivavam que os investimentos em determinados setores pudessem refletir na dinâmica de outros setores, devendo ocorrer um crescimento encadeado.

As políticas educacionais do governo de JK eram concebidas pelos pragmáticos do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – composto, em sua maioria, por intelectuais escolanovistas³², e os desenvolvimentistas do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Havia, então, uma convergência de ideias que norteava os rumos da educação no país, nesse momento.

Segundo Chaves³³ ambas as correntes focavam no desenvolvimento do país, deixando, assim, as divergências de lado. Tanto o desenvolvimentismo como o pragmatismo, representados pelo Iseb e pelo Inep, no Brasil, na década de 1950, tornaram-se fundamentais para a formulação de uma política econômica, social e educacional que contribuísse para a construção de uma nação que se tornasse ,ais moderna e, conseqüentemente, desenvolvida.

³² Para Saviani (2007), o cenário brasileiro possibilitou a ampliação do pensamento liberal no país, assim como a conseqüente propagação do ideário escolanovista, movimento educacional reformador, que se originou na década de 1920 e que preconizava a educação como elemento suficientemente eficaz para a construção de uma sociedade democrática. O Brasil passava então por processo de modernização e o campo educacional foi marcado pela participação de grupos de intelectuais que preconizavam a criação de uma nova sociedade através do que chamou de Escola Nova- os escolanovistas.

³³ CHAVES, 2006, p.34.

Havia, então, a necessidade de utilização da educação como instrumento de manutenção do poder da burguesia, com a formação de elites dirigentes e como maneira de capacitação das forças de trabalho na busca de viabilização da industrialização do país.

Segundo Oliveira (1955) havia a necessidade de uma educação que estivesse voltada para a formação de elites e de mão-de-obra que estivesse apta para realizar novas tarefas, em atendimento à demanda advinda de novas formas sociais e novas técnicas de vida econômica.

O Brasil tinha, na ocasião, 60% da população no campo e, aproximadamente, 30 milhões de brasileiros dependiam da economia agrária. Havia, dessa forma, no projeto de modernização do país, a necessidade de investimento no processo de desenvolvimento, gerando crescimento e empregos. A finalidade do plano de desenvolvimento do país baseava-se, então, na consolidação do que teve início com Getúlio, o chamado processo de substituição das importações. Dessa maneira, a primeira fase destinava-se a criar infraestrutura para que o país produzisse, dentro de seu território, os produtos de que precisava.

Desde a década de 1920, Anísio Teixeira³⁴ defendia a escola pública e a formação integral dos cidadãos. Foi somente no início do governo de Getúlio Vargas que um grupo de intelectuais lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), sob a influência das ideias de Anísio Teixeira. Esses intelectuais defendiam projetos a favor de reformas que objetivavam a concretização de uma escola pública de qualidade, com atividades ampliadas e voltadas para a formação integral da personalidade e do caráter humano e a integração entre escola e sociedade. Ele defendia uma escola que fosse inclusiva, considerando os interesses, assim como as aptidões e as necessidades dos alunos e de suas famílias.

³⁴ Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité, sertão da Bahia, em 12 de julho de 1900. Após sólida formação adquirida em colégios jesuítas de Caetité e Salvador, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922 e obteve o título de Master of Arts pelo Teachers College da Columbia University, em Nova York, em 1929. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em março de 1971. Considerado um dos maiores educadores brasileiros, Anísio Teixeira deixou uma obra pública excepcional que, ainda hoje, está à frente do nosso tempo. Sua formação educacional foi fortemente influenciada pelo pragmatismo do filósofo John Dewey, de quem foi aluno no Teachers College e cujas idéias divulgou no Brasil. Mas foi, sobretudo, nos embates entre a gestão cotidiana da educação e sua visão de futuro, em meio a aliados e adversários, que aprendeu a organizar homens e instituições. Disponível em: <<http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

Anísio Teixeira destacou-se, nacional e internacionalmente, com produção teórica e participação política, no âmbito da educação. Segundo esse pedagogo, os investimentos em educação retornariam para a sociedade na forma de crescimento econômico.

O pensamento juscelinista enfatizava as escolas técnico-profissionais para a formação de empregados qualificados de forma que pudessem atender aos inúmeros setores da produção econômica. Assim, a educação profissionalizante teria a função de integrar o homem na civilização industrial. Juscelino apresentava propostas de um ensino secundário, que oferecesse mais opções, além do acesso ao ensino superior, reconhecendo que havia a necessidade de aprimoramento de professores e técnicos desse nível de ensino. Em 1958, Juscelino Kubitschek preconizava a preparação de técnicos de nível médio, para trabalhar na indústria, no comércio, na agricultura e, inclusive, no magistério primário.

Entre 1957 e 1959, os recursos federais destinados aos cursos industriais de nível médio foram ampliados em quatro vezes, de forma a atender aos jovens que se preparariam para o mercado de trabalho, especialmente em atendimento às demandas da indústria.

Em relação ao ensino primário, as preocupações de JK centravam-se na necessidade de expansão das oportunidades de escolarização e na melhoria das condições de preparação dos professores, utilizando-se de referências profissionalizantes também nesse nível de ensino.

No ensino primário, encontravam-se as ideias relativas à erradicação do analfabetismo - que atingia 50% da população. As ações de JK priorizavam a destinação de recursos para a qualificação de mão-de-obra para as empresas, como aspecto relevante para o desenvolvimento industrial.

Segundo Cardoso³⁵, os aspectos ideológicos envolvidos nas intenções de modificação do sistema educacional, no governo Juscelino Kubitschek, vinculavam a educação ao desenvolvimento. No ideal desenvolvimentista, estava presente o pensamento de que as transformações ocorridas na indústria trariam a necessidade de ampliação da formação para o mercado, às quais o sistema de ensino deveria adaptar-se, de forma a atendê-las. Assim, a escola prepararia pessoal para os novos postos de trabalho exigidos pelo desenvolvimento e a formação de recursos

³⁵ CARDOSO, 1977, p.78

humanos tinha o papel definido de atendimento à demanda do mercado de mão-de-obra, de maneira a auxiliar o desenvolvimento do país.

As modificações propostas para a educação no país inseriam-se na essência do pensamento desenvolvimentista, voltada para a racionalização do trabalho. Sendo assim, a formação técnico-profissional era fundamental para a adequação ao aproveitamento da abundância de recursos naturais do país, para o aumento da produtividade e para a formação do capital nacional.

Em todos os níveis de ensino, incluindo a alfabetização de adultos, os projetos governamentais eram insuficientes e as medidas dependiam de cada unidade da federação. No que se refere ao ensino primário e ao ensino médio, havia pouco avanço, considerando-se que o governo de JK assumia a educação profissionalizante nos dois níveis, como uma das condições de atingir o desenvolvimento futuro do país.

A educação tornava-se um elemento significativo para beneficiar o projeto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek - JK, levando-o a valorizar o ensino técnico-profissional, especialmente em seus discursos. Para JK, o ensino primário tinha que assumir a obrigação de educar para o trabalho, além do ensino secundário. O projeto do desenvolvimento do país invertia o papel do ensino público e colocava a escola sob pressão das necessidades do mercado de trabalho. Cardoso observa, ainda, que as modificações pretendidas no setor educacional inserem-se, no corpo do pensamento desenvolvimentista, numa perspectiva voltada para a racionalização do trabalho. A formação técnico-profissional seria imprescindível para o adequado aproveitamento da abundância de recursos naturais do país, para o aumento da produtividade e para a "formação do capital nacional"³⁶.

Em relação aos resultados do Programa de Metas, acerca do setor da educação, Lafer afirma que

Foram destinados à educação 4,3% dos recursos previstos do programa de Metas. Tais recursos originaram-se de um aumento de verbas orçamentárias destinadas à educação, em obediência ao art. 169 da Constituição de 1946, que determinava que a União deveria aplicar 10% da receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino. [...] no conjunto, a administração Kubitschek atacou o problema da educação e obteve resultados satisfatórios³⁷.

³⁶ CARDOSO 1977, p. 178.

³⁷ LAFER, 2002, p. 145.

A educação brasileira teve o orçamento correspondente a 3,4% dos investimentos programados pelo governo. Com esse programa, o governo brasileiro pretendia que o país apresentasse um crescimento encadeado, com evolução nos diferentes setores.

Em 1º de fevereiro de 1956, Juscelino criou o Conselho do Desenvolvimento, subordinado diretamente à Presidência da República e ao qual foi dada autonomia suficiente para a realização de projetos, com o objetivo de coordenar e auxiliar na execução do plano. A concessão de incentivos ao setor privado também fazia parte do poder desse novo órgão — já o setor público estava subsidiado pelo BNDE. Esse Conselho foi desfeito ao fim do mandato de Juscelino Kubitschek.

Ganhou importância, a partir daí, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, pois o Poder Executivo procurou fazer com que ele funcionasse como órgão de assessoria e de apoio ao Programa de Metas. O ISEB tinha sido fundado em 1955, diretamente subordinado ao Ministério da Educação, como um centro de altos estudos políticos e sociais para promover a análise e a compreensão crítica da realidade brasileira objetivando a elaboração de instrumentos teóricos que poderiam permitir o incentivo ao desenvolvimento nacional. Esse Instituto reunia intelectuais das mais diversas filiações ideológicas e áreas do saber e era constituído por um Conselho Consultivo (com cinquenta membros, indicados pelo Ministério da Educação e Cultura) e um Conselho Curador (órgão de direção do Instituto, composto por oito membros, também designados pelo MEC). O ISEB tornou-se, então, um dos centros mais importantes de elaboração teórica do projeto que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentista, como afirma Mendonça (1990) como a agência que se tornou “a matriz do tipo de pensamento destinado à mobilização social em torno do progresso do país”³⁸.

Desde que assumiu o INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Anísio Teixeira explicitou sua intenção em dinamizar o órgão, no discurso que este pronuncia quando toma posse no cargo de diretor e numa entrevista concedida a um jornal na época, afirmando que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deveria tornar-se o centro de inspiração do magistério nacional e para a formação da

³⁸ Criado pelo Decreto nº 37.608 de 14 de julho de 1955, que “Institui no Ministério da Educação e Cultura um centro de estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências”. OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. **A Educação Ideológica” no Projeto de Desenvolvimento Nacional do ISEB (1955-1964)**. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p.46.

consciência educacional nacional, de forma a orientar a escola brasileira.³⁹ Esse educador considerava que para renovar a escola brasileira tornava-se necessário que houvesse um processo que permitisse a ela continuamente repensar-se e transformar-se, provocando, então, uma mudança e uma transformação no interior da instituição escolar.

No período de 1956 a 1961, considerado o período áureo do desenvolvimento econômico do país, houve aumento das possibilidades de emprego, mas a concentração dos lucros restringia-se a setores minoritários internos.

Portanto, a educação brasileira passou a ter um objetivo a ser atingido, o de erradicar o analfabetismo, devido ao fato de ser este considerado um fator de impedimento ao progresso do país.

³⁹ MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia. **O INEP no contexto das políticas do MEC(1950/1960)**. <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1479> Acesso em 07/11/2016.

2 CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO E A ESCOLA PARQUE PRIMÁRIO COMPLEMENTAR – LEOPOLDINA (MG)

O nacionalismo e o trabalhismo de Getúlio Vargas pretendiam promover o desenvolvimento do capitalismo no Brasil com bem-estar social e levar o Estado a ampliar sua responsabilidade para com a distribuição de educação para as classes populares. Nesse sentido, o governo Vargas procurou aumentar as despesas públicas com o ensino. Na prática, porém, o ensino superior foi mais contemplado que o ensino primário. No segundo governo Vargas, prevaleceram as dificuldades da educação pública e a exclusão permanecia como característica evidente do sistema escolar.

O propósito a favor da educação em função dos ideais desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek se apresentava como conteúdo em seus discursos, especialmente no que dizia respeito à valorização do ensino técnico-profissional. Para JK, a profissionalização deveria ser de responsabilidade, não só por parte ensino secundário, mas também como ensino primário deveria assumir a obrigação de educar para o trabalho.

Essa perspectiva desenvolvimentista colocou a escola, especialmente a pública, sob os desígnios diretos do mercado de trabalho. A gestão de Juscelino, no campo educacional, não conseguiu ultrapassar a 6,10% de recursos retirados do orçamento da União destinados à educação.

O ensino primário continuou com mais de 45% de professores que não possuíam habilitação específica para o exercício dessa função profissional. De acordo com Ghiraldelli Júnior⁴⁰, “em 1960, Juscelino Kubitschek entregou ao seu sucessor um sistema de ensino tão elitista e antidemocrático quanto fora com Dutra e Vargas. Apenas 23% dos alunos que ingressavam no curso primário chegavam ao quarto ano, e somente 3,5% concluíam o último ano do curso médio”.

O presidente Jango conseguiu desenvolver medidas importantes para o avanço nas áreas sociais. De 1961 a 1964, o Governo Federal aumentou em 5,93% seus gastos com a educação.

⁴⁰ GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 132.

Em janeiro de 1964, O governo João Goulart propôs o Plano Nacional de Alfabetização, com inspiração no “método que alfabetizava em 40 horas”, de Paulo Freire, com o objetivo de alfabetizar cinco milhões de brasileiros até o ano de 1965. Esse Plano, porém, tal como a discussão das reformas, teve curto período de duração, considerando-se que uma das primeiras iniciativas do governo imposto pelo golpe civil militar em abril de 1964 foi a extinção do mesmo.

A escola e, particularmente, a escola pública defendia e contribuía para o processo de urbanização e industrialização do país, de forma a desenvolver a consciência nacional, pois era considerada por Ghiralidelli⁴¹ como um dos maiores fatores de assimilação e de desenvolvimento das instituições democráticas. Dessa forma, a educação deveria ser universal, isto é, ser organizada e ampliada de maneira que fosse a favor da democratização do ensino. A educação pública deveria ser reestruturada para contribuir, para o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico.

A precária situação em que se encontrava a educação na década de 1950 estava ligada ao estágio de desenvolvimento econômico e industrial, com o objetivo de promover a preparação científica e técnica, concorrendo para a emancipação econômica do país. A educação de todos os níveis deveria tornar a juventude consciente de que o trabalho era a principal possibilidade para o alcance das conquistas materiais e culturais de toda a sociedade.

Desde a queda do Estado Novo, em 1945, até 1964, o país viveu uma experiência política na qual não havia participação direta das massas populares. Podia-se compreender o motivo pelo qual os partidários da UDN⁴², ao mesmo tempo em que se apresentavam como defensores das ideias liberais, pleiteando eleições livres e limpas, tentavam manobras políticas para aliciar as Forças Armadas contra as instituições.

A Constituição de 1946 passou a apresentar características de descentralização na área do ensino, estabelecendo que à União caberia apenas legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação, cabendo aos Estados organizar seus próprios sistemas de ensino.

⁴¹ GHIRALIDELLI, 1990, p.45.

⁴² UDN é a sigla correspondente a União Democrática Nacional, um partido político brasileiro criado a 7 de abril de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965.

Nessa Constituição ficou prevista a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em virtude da pressão de um grupo de intelectuais que, no ano de 1932, iniciou o Manifesto da Escola Nova (ou Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova), que atribuía ao Estado o dever de garantir ao povo uma escola pública, obrigatória, gratuita e desvinculada da Igreja.

Em 1948, o ministro Clemente Mariani apresentou o Projeto de Lei Complementar, dispondo sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Era um projeto com características descentralizadoras, o que não agradou à Comissão Mista de Leis Complementares.

Em 1957, a Câmara retoma o estudo do Projeto Mariani, dando-lhe o substitutivo na forma do Projeto de Lei nº 2.222/57. A Câmara resolve consultar o Ministério da Educação e Cultura e o ministro solicitou que o projeto fosse, então, analisado por quatro ilustres educadores: Pedro Calmon, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Almeida Junior.

O ministro Clóvis Salgado⁴³ diz que via a situação do ensino no Brasil com otimismo, justificando sua posição pelo anseio geral pela escola, citando o esforço de todos os governos por ampliá-la e melhorá-la, assim como o crescimento promissor dos recursos para a obra educativa. Especifica o que acontece na esfera federal em que as dotações para o ensino passaram de 6,9% em 1957 a quase 12% em 1959.

2.1 A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

A Lei Saraiva, de 1882, no final do Império, como as demais constituições republicanas, distinguiu-se pelo aspecto de discriminação e exclusão em relação ao analfabeto, constituindo-se, dessa forma, em um rótulo negativo para o país. O voto era negado, repetidamente, aos analfabetos, reduzindo-os a uma situação de incapacidade em relação à participação no processo político eleitoral.

⁴³ Entrevista do Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado sobre a situação do ensino nos 3 níveis de ensino. Em 1960, catalogado com o código CSaf3/042, do Museu Abílio Barreto, Belo Horizonte.

No censo de 1920 do Brasil, registrava-se alta porcentagem de analfabetos de 10 e mais anos de idade, com o índice de analfabetos representado por, aproximadamente, 75% (setenta e cinco por cento) daquela população. Esses indicadores demonstravam, assim, a impossibilidade de viabilizar a construção de uma democracia progressista. O censo de 1950 apresentava indicadores que demonstravam a melhoria contínua da situação da alfabetização. Nele, o número de crianças matriculadas, por mil habitantes, dobrava em relação ao censo de 1920.

No censo de 1960, pode-se observar a queda do analfabetismo, em relação ao censo de 1920. Ressalte-se que alguns fatos ocorreram no Brasil entre 1920 e 1960: crise do café, Revolução de 1930, industrialização, urbanização, crise da borracha, construção de Brasília. Dessa forma, a taxa nacional caiu, nesse período, de 71,2% para 46,7%, entre as pessoas de cinco anos ou mais, ou seja, com redução de 24,5 pontos percentuais. Nas dez posições mais elevadas em termos de analfabetismo, continuavam figurando todos os nove estados do Nordeste.

Dessa forma, com o declínio do ciclo da borracha, todas as taxas de analfabetismo dos estados e territórios da região norte foram colocadas acima da taxa nacional ou no mesmo nível do nordeste, como o Acre, ou logo abaixo do nordeste como Amazonas, Roraima e Rondônia, ou próximo à taxa brasileira, Amapá e Pará. Pode-se Inferir que houve avanço da taxa de alfabetização, no conjunto da região norte, na década 1940/50, a qual mal se move de 41,68% para 42,76% entre as pessoas de 7 anos ou mais. As unidades da federação mais alfabetizadas, grupo constituído anteriormente por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, passaram a compreender, também, o novo Distrito Federal e os estados de São Paulo e Santa Catarina.

Pode-se dizer que o estado de Minas Gerais, semelhante a São Paulo, apresentou aceleração na queda da taxa de analfabetismo, no Governo de Juscelino Kubitschek nos anos 50, período dos grandes investimentos industriais no país.

O analfabetismo constituía-se, então, em um problema do Brasil, desde os primeiros tempos da emancipação política do país, mobilizando os líderes políticos e os intelectuais brasileiros.

Ao final de 1956 e no primeiro semestre de 1957, o Ministério da Educação e Cultura apresentou soluções para subsidiar um programa de educação com realizações de curto prazo, com mobilização de setores da sociedade brasileira.

O problema do analfabetismo da metade da população brasileira provocou a necessidade de organização de classes em caráter emergencial, para alfabetizar adolescentes e adultos que, por circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais não tiveram a oportunidade de frequentar a escola durante a infância.

O governo de JK implementou o projeto para erradicação do analfabetismo, através da aplicação em escolarização primária de emergência dos analfabetos adolescentes e adultos do Brasil.

2.2 O projeto piloto de erradicação do analfabetismo no Brasil

O Departamento Nacional de Educação, do governo de Juscelino Kubitschek, estudou a viabilidade do projeto piloto para a erradicação do analfabetismo, que seria em um município pequeno, com população reduzida, para que pudessem ser estabelecidas as linhas gerais e experimentado em outras comunidades brasileiras antes de se tornar um programa nacional.

O Congresso Nacional votou, no final de 1957, o orçamento da República para o ano subsequente, com liberação de verba especial ao Ministério da Educação e Cultura para viabilizar o projeto piloto de erradicação do analfabetismo, setor que teria o papel de melhorar as condições do povo brasileiro e sua consequente participação no progresso do país, a partir da elevação de seu nível educacional e cultural.

Segundo Moreira⁴⁴, criou-se, então, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que se baseou num projeto de educação com o objetivo de criar um sistema escolar em que todas as crianças tivessem a escolarização primária adequada e, não exclusivamente, os adolescentes e adultos analfabetos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola para serem alfabetizados.

De acordo com Nunes⁴⁵, Anísio Teixeira tornou-se o principal representante do pragmatismo de Dewey no Brasil e o INEP- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - difundia esse ideário, por meio de publicações, dos cursos e conferências que o órgão promovia e, também, através das escolas experimentais

⁴⁴ MOREIRA, 1960, p. 33.

⁴⁵ NUNES, 2010, p. 54.

que se propunham a desenvolver experiências pedagógicas fundamentadas na filosofia educacional deweyana. Esse pragmatismo de Anísio e Dewey combinava com a característica desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek.

Nos Estados Unidos, o pragmatismo de Dewey vinha sendo fortemente criticado pela direita e pela esquerda, pelos seus possíveis efeitos na educação daquele país. No Brasil, esse pragmatismo era considerado materialista, socialista e revolucionário, e pode ter sido uma das justificativas para o ataque da hierarquia católica a Anísio Teixeira, que solicitou sua demissão ao presidente Juscelino Kubitschek.

Pode-se afirmar que a apropriação do pragmatismo deweyano, no âmbito do INEP, implicava na utilização de uma determinada concepção das ciências sociais, enfatizando a aplicação do conhecimento científico na solução dos problemas de ordem prática. Ele influenciou nas tentativas de racionalização do sistema escolar, através de planejamento que se fundamentava nos estudos de comunidade e no esclarecimento da população atingida, de forma a garantir a sua aceitação e continuidade. Nunes ⁴⁶ afirma que a escola chamada de progressiva, que tinha caráter experimental, era percebida como a aquela única com a capacidade de se constituir em um agente de mudança cultural e, conseqüentemente, contribuir para a formação de uma consciência comum favorável ao desenvolvimento nacional.

Dessa forma, a transformação da escola constituía-se em condição indispensável ao pleno desenvolvimento do Brasil, ajustando-a ao processo de industrialização pelo qual o país passava ao mesmo tempo em que contribuía para consolidar o funcionamento da democracia liberal.

Sob essa perspectiva, percebe-se uma aproximação entre o pragmatismo que informava a atuação do INEP e a ideologia desenvolvimentista, particularmente aquela elaborada no interior do ISEB, órgão também ligado ao MEC, que foi um dos núcleos mais importantes de difusão da ideologia nacional desenvolvimentista. A ideologia modernista e desenvolvimentista perpassou pelas políticas governamentais implementadas nessa época.

Havia um conjunto de ideias partilhadas pelos intelectuais que se articulavam em torno da visão da escola como agente de mudança cultural e da necessidade da formação de uma consciência nacional propícia ao desenvolvimento do país.

⁴⁶ NUNES, 2010, p. 67.

Em Relatório Quinquenal do MEC, referente ao período 1956-1960, encaminhado ao Presidente Juscelino Kubitschek pelo ministro de educação Clóvis Salgado, foram descritas as atividades do CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – e de cada um dos Centros Regionais a ele articulados.

Pode-se afirmar que INEP/CBPE promoviam intervenções nos sistemas de ensino através de uma política editorial que incluía a publicação tanto de textos didáticos como de livros voltados para a análise e interpretação dos problemas brasileiros; as escolas experimentais, vinculadas aos Centros Regionais de Pesquisa e os cursos de formação de professores e especialistas.

De acordo com o Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955, as escolas experimentais se configuravam como escolas de experimentação e como espaço de formação de professores, como por exemplo, da Escola Parque da Bahia e da Escola Guatemala, no Rio de Janeiro.

Os órgãos do Ministério da Educação e Cultura, INEP e CBPE, orientavam que houvesse a criação de fundos de ensino, na esfera federal, na estadual e na municipal, para que os recursos municipais fossem compensados com verbas providas de fora dos municípios, cabendo a esses, no nível local, a organização e a administração dos serviços educacionais.

O INEP alertou quanto ao problema educacional referente ao semiabandono em que ficam as crianças das áreas urbanas. Um grupo concluíam o curso primário de quatro anos, com onze ou doze anos, aproximadamente; outras o abandonavam por qualquer motivo, incluindo as que repetiram a mesma série por terem faltado aos exames.

O avanço na educação brasileira fazia parte do Plano de Metas de JK e com a influência de Anísio Teixeira, foi criado, pelo MEC, em 1957, o Projeto Piloto de Erradicação do Analfabetismo. De acordo com Moreira⁴⁷, “em março de 1958 instalava-se em Leopoldina o primeiro centro piloto de erradicação do analfabetismo”.

O presidente JK definiu, então, que todas as regiões do Brasil deveriam receber núcleos do projeto do qual fazia parte a construção da Escola Parque.

Várias cidades foram indicadas para que pudessem realizar os núcleos desse projeto do Ministério da Educação e Cultura. As cidades indicadas teriam uma

⁴⁷ MOREIRA, 1960, p. 42.

população com um mínimo de cinco mil e o máximo de cinquenta mil habitantes e apresentar uma área rural que delas dependesse.

Segundo Moreira⁴⁸, foram escolhidos os municípios do país onde seriam implantados os núcleos dos projetos do Ministério da Educação e Cultura. Na Região Norte, foi escolhido o município de Santarém, no Pará; na Região Nordeste os municípios escolhidos foram os de Feira de Santana, localizado na Bahia e de Timbaúba, em Pernambuco; na Região Centro Oeste, Catalão, no Goiás; na Região Sul foi escolhido o município de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul e, na Região Sudeste, foi escolhido o município de Leopoldina, em Minas Gerais.

Conforme documentário do Ministério da Educação⁴⁹, o município de Leopoldina, localizado à margem da rodovia Rio-Bahia, situado a 220 km de distância do Rio de Janeiro, Distrito Federal, caracterizava-se por ser predominantemente agrícola e pecuarista. O município possuía uma população total de quarenta e cinco mil habitantes, sendo dezoito mil na cidade sede. Dessa forma, esse município contava com uma numerosa população rural. Os habitantes rurais viviam em grandes e pequenas fazendas, constituindo-se em um vasto contingente de camponeses pobres, sem-terra e que sobreviviam com muitas dificuldades.

Nesse documentário registra-se, ainda, o contexto social da população rural de Leopoldina, no período da implantação do Projeto Piloto da Campanha de Erradicação do Analfabetismo no Brasil.

(...) o camponês analfabeto, sem terra, tenta sobreviver e procura emprego numa grande fazenda. O fazendeiro indaga se ele sabe ler e manejar o trator. Sua resposta é negativa. Sem um mínimo de instrução, desarmado diante da mecanização da lavoura, nada obtém e toma o caminho de volta. (...) vai à cidade e a Fábrica de Tecidos o atrai. Talvez nela possa obter trabalho. No entanto, como uma fatalidade, desajustado diante da técnica moderna e sem saber ler, também nada consegue na fábrica. Desempregado, como outros em condição idêntica, acaba indo ocupar as malocas, que se formam na periferia da cidade. Não são habitações, mas quase tocas, ocupadas por famílias numerosas, mendigos e marginais. Acolhem velhos, moços e crianças numa dolorosa promiscuidade. Nelas crescem uma triste infância: sem escolas, sem amparo e de sombrio futuro⁵⁰.

⁴⁸ MOREIRA, 1960, p.45

⁴⁹ Documentário EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO, produzido pelo Ministério da Educação e Cultura; INCE- Instituto Nacional de Cinema Educativo, sob a direção de Geraldo Santos Pereira, com duração de 16min24seg. Brasil, DF (Rio de Janeiro), 1958- código: 016023- reeditado pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo a partir do HD 35789-04, em 29 de janeiro de 2010.

⁵⁰ Documentário EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO, produzido pelo Ministério da Educação e Cultura; INCE- Instituto Nacional de Cinema Educativo, sob

O documentário enfatiza o cotidiano das crianças e cita que “de vez em quando, o som do caxambu, dança típica da zona da mata mineira”, atraía a criançada. Os homens, “sem trabalho e entregues à própria sorte, incapazes de reagir, brutalizados pelo fatalismo e a miséria, passavam o tempo nos botequins bebendo e caindo na roda de samba, enquanto os outros se divertem e as crianças se encantam”⁵¹. Segundo o mesmo documentário,

(...) em vigorosa reação patriótica, o governo da República, resolveu atacar, firmemente, o problema do analfabetismo no Brasil. No Ministério da Educação e Cultura foi criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, e convidado para dirigir o educador João Roberto Moreira. O ministro Clóvis Salgado, em reunião com o coordenador da Campanha e com o professor Eli Menegali, diretor geral do Departamento Nacional de Educação, traça os planos da batalha contra o analfabetismo. O primeiro cuidado foi dividir o Brasil em seis regiões que apresentassem características diversas entre si. Em cada uma dessas regiões, foram escolhidos dois municípios representativos. Há, atualmente, no Brasil, mais 30 milhões de analfabetos. Em menos de vinte anos, a Campanha, com a experiência adquirida em três municípios, espera reduzir a zero esse impressionante índice de analfabetismo⁵².

2.2.1 Influência política do Ministério da Educação e Cultura na educação do município de Leopoldina (MG)

Em Leopoldina, no início da implementação do planejamento dos técnicos e educadores, foi instalada a sede dos trabalhos e foram convocadas as professoras urbanas e rurais, para as quais foram transmitidas, por técnicos do ministério, as instruções necessárias ao funcionamento da campanha que seria implementada.

Houve divulgação da campanha na comunidade, com organização de uma Comissão Municipal de Educação, com representantes de todas as classes da cidade, objetivando a discussão dos problemas do ensino na região, “analisando-se o impacto das técnicas novas sobrepujando as antigas, principalmente na lavoura, e sua conseqüente influência na população, a fim de se caracterizar o aspecto

a direção de Geraldo Santos Pereira, com duração de 16min24seg. Brasil, DF (Rio de Janeiro), 1958-código: 016023- reeditado pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo a partir do HD 35789-04, em 29 de janeiro de 2010.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid.

sociocultural da região”, de forma que pudesse ser feita uma “experimentação educacional pública e correta”, no município, como base nesse estudo⁵³.

De acordo com o documentário analisado, houve envolvimento direto com a comunidade durante a etapa de diagnóstico e cadastramento da população escolarizável.

Um dos educadores do ministério, Felipe Tiago Gomes, reuniu-se com autoridades, profissionais liberais, operários e com os estudantes da cidade, dividindo-os em grupos de pesquisadores, os quais correram todo o município, cadastrando a população escolarizável e a localização das novas escolas⁵⁴.

O Ministério da Educação e Cultura enviou do Rio de Janeiro, o arquiteto Luiz Moreira, para traçar os projetos para as obras de construção das novas escolas, que totalizariam 48 unidades, objetivando a escolarização de três mil crianças, em idade entre sete e doze anos. “Utilizou-se um estilo arquitetônico moderno, simples, funcional e econômico, com aproveitamento de mão-de-obra, material e elementos técnicos da própria região”⁵⁵. E, assim, as escolas primárias começaram a surgir em diferentes partes da cidade, e principalmente, na zona rural, onde quer que houvesse criança sem sala de aula.

Criou-se um Centro de treinamento para professoras rurais, que funcionou em um velho edifício do Ministério da Agricultura, adaptado para tal função. Houve despesa mínima com as obras, segundo o documentário, em função da colaboração da população local, não se ultrapassando de mil e quinhentos cruzeiros, por metro quadrado de área construída.

De acordo com o documentário do MEC, houve intensa participação local, quando cita que “das mãos de homens idealistas vão surgindo as casas onde serão educadas as crianças brasileiras.” Apresenta-se, nesse documentário, produzido pelo Ministério da Educação e Cultura, as grandes obras promovidas pelo próprio órgão federal, exaltando, a síntese de progresso e de grandeza pelas soluções

⁵³ Documentário EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO, produzido pelo Ministério da educação e Cultura; INCE- Instituto Nacional de Cinema Educativo, sob a direção de Geraldo Santos Pereira, com duração de 16min24seg. Brasil, DF (Rio de Janeiro), 1958-código: 016023- reeditado pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo a partir do HD 35789-04, em 29 de janeiro de 2010.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid.

encontradas e vigorosamente atacadas para sanar o problema fundamental da nação: o da educação e desenvolvimento. Salienta-se, ainda, que

como em Leopoldina, os demais municípios do Brasil, merecem o mesmo tratamento e a mesma dedicação. Neles não de surgir as novas escolas capazes de receber toda a infância brasileira diante da qual, finalmente, há de abrir-se uma luminosa estrada que conduza a melhores destinos e à definitiva redenção⁵⁶.

Clóvis Salgado⁵⁷ ministro da Educação e Cultura no governo de Juscelino, entrevistado por Norma de Góes Monteiro em 1976, disse que o INEP, naquela ocasião, “queria abordar o problema da erradicação do analfabetismo, não em termos sentimentais, mas em termos científicos”⁵⁸.

Ele esclareceu, nessa entrevista, que se pretendia estudar as condições sociais e econômicas de uma comunidade para, a seguir, elaborar o projeto de uma escola. Outro aspecto que Clóvis Salgado enfatizava era que consideravam o analfabetismo como sinal de atraso econômico e que uma população industrializada não podia ter analfabetos.

Na entrevista, o ministro da Educação informou que no tempo em que estava no ministério, a taxa de analfabetos no Brasil estava em 50% (cinquenta por cento), mas “esse grupo não tinha aspirações por escola porque não precisa de escola”⁵⁹. Sendo assim, para o ministro da Educação, havia uma deficiência no setor escolar em termos aparentes e não em relação ao desenvolvimento socioeconômico do país.

⁵⁶ Documentário EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO, produzido pelo Ministério da educação e Cultura; INCE- Instituto Nacional de Cinema Educativo, sob a direção de Geraldo Santos Pereira, com duração de 16min24seg. Brasil, DF (Rio de Janeiro), 1958- código: 016023- reeditado pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo a partir do HD 35789-04, em 29 de janeiro de 2010.

⁵⁷ Clóvis Salgado da Gama nasceu em Leopoldina (MG), no dia 20 de janeiro de 1906. Bacharelou-se em Medicina em 1929. Filiou-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM), pelo qual foi candidato às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte realizadas em maio de 1933, obtendo uma suplência. Em 1950, elegeu-se vice-governador do Estado de Minas Gerais na legenda do Partido Republicano (PR), em chapa com Juscelino Kubitschek, eleito governador. Em março de 1955, Clóvis Salgado assumiu o governo de Minas Gerais, tendo JK lançado sua candidatura à Presidência da República. Em 1956, quando JK assumiu a presidência do Brasil, Clóvis Salgado tomou posse como Ministro da Educação e Cultura. Ele deixou o Ministério em julho de 1960, para disputar as eleições de outubro seguinte, quando Jânio Quadros foi eleito Presidente da República. Nesse mesmo pleito, elegeu-se vice-governador de Minas Gerais na legenda do PR. Depois de eleito, reassumiu o Ministério da Educação e Cultura, permanecendo no cargo até o final do governo de JK, em janeiro de 1961. Entre 1964 e 1968 foi membro do Conselho Federal de Educação. Faleceu em Belo Horizonte, em 25 de julho de 1978.

⁵⁸ MONTEIRO, 2007, p.109.

⁵⁹ Ibid.

O ministro explicou, ainda, que

Era preciso estudar para ver de que maneira os recursos empregados em alfabetizar totalmente a população poderiam redundar em progresso econômico. Era preciso fazer a experiência *in loco*. Então, o INEP propôs, inicialmente, que três municípios brasileiros fossem escolhidos para sede de experiência de erradicação.⁶⁰

Em função da possibilidade de escolha dos municípios, o Ministro escolheu, então, sua terra natal - Leopoldina, que representava um município da Zona da Mata de Minas, localizado a 200 (duzentos) quilômetros do Rio de Janeiro, com estrada asfaltada, facilitando a direção do INEP.

Clóvis Salgado salientou, nessa entrevista, ser necessário, entre outras condições, preparar o homem brasileiro, oferecendo-lhe uma “educação adequada à era tecnológica da época”.

O aceleração do progresso necessitava, então, tirar o “máximo proveito dos nossos métodos de produção”, sendo necessário que houvesse a especialização dos operários, do técnico de nível médio e de nível superior, incluindo o economista, o administrador e o cientista.

O governo, na opinião do ministro, adotava um programa condensado no objetivo da educação para o desenvolvimento, após estudo de uma Comissão de educadores, economistas, administradores e políticos.

Em relação ao ensino primário, o ministro cita a situação das escolas primárias no Brasil que atendia a metade da população de crianças de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos, em dois ou três turnos. Ele explicitou a necessidade de duplicar ou quadruplicar as salas de aula para atendimento a todas as crianças dessa faixa etária e afirmou que os recursos não eram suficientes para a expansão da escola em ritmo maior que o aumento da população escolarizável.

Outra observação feita pelo ministro se refere à continuidade do percentual de 50% (cinquenta por cento) de analfabetos brasileiros, sem alteração da taxa de analfabetismo registrada no início do século XX.

⁶⁰ MONTEIRO, 2007, p.110.

Para Clóvis Salgado, o ensino primário mostrava-se deficiente e pouco eficaz de forma a haver a necessidade de formação de maior número de normalistas, pois 40% (quarenta por cento) dos professores eram leigos⁶¹

Ele enfatizou, também, que a escolaridade no Brasil era curta demais e sugeriu a necessidade de ampliação a 06 (seis) anos para aqueles que não podiam ou não queriam prosseguir os estudos e citou que em 1957 teve início, no país, um programa federal de ensino complementar, com mais 02 (dois) anos de estudos e trabalhos em artes industriais, que era bem acolhido pela comunidade.

Quando perguntado sobre o que se dizia a respeito de que se gastava, proporcionalmente, mais dinheiro do governo com o ensino superior do que com o primário, em uma nação com mais de 50% (cinquenta por cento) de analfabetos, Clóvis Salgado afirmou “não haver tal desproporção considerando-se as verbas federais, estaduais e municipais, aplicadas ao ensino e que os poderes públicos gastavam cerca de oito bilhões com a escola primária e outro tanto com o ensino superior. Nesse aspecto, ele esclareceu que a desproporção aparecia em duas circunstâncias distintas. Primeiramente, considerando-se somente o orçamento federal, o ensino primário recebeu, em 1958, 15% (quinze por cento) e o superior 50% (cinquenta por cento) das verbas do Ministério da Educação e Cultura. A explicação se deu pelo fato de que a União assumiu os encargos do ensino superior que era extremamente caro, ficando o ensino primário, mais barato, a cargo dos estados e municípios.

Ele explicou, também, que essa era a lógica educacional, pois a escola primária devia ser local e a superior, formadora das elites dirigentes, deveria ser nacional.

Na prática, a escola pública era a solução para o ensino primário, básico para uma sociedade. Apenas 12% (doze por cento) dos alunos primários estavam em escolas particulares, ou seja, o estado fornecia 88% (oitenta e oito por cento) da educação primária.

Ao ser questionado a respeito dos substitutivos da LDB, o primeiro originário da mensagem do presidente Dutra, em 1948, modificado pela Comissão de Educação e Cultura, em 1958, e o segundo, apresentado pelo deputado Carlos Lacerda, em janeiro de 1959, Clóvis Salgado citou que quando a Câmara solicitou o

⁶¹. Profissionais que exerciam o magistério sem a habilitação mínima exigida para o exercício da profissão.

parecer do Ministério da Educação e Cultura sobre o projeto de Dutra ⁶², ele reuniu uma Comissão para elaborá-lo e informou, também, que fizeram parte dessa Comissão: Pedro Calmon, Lourenço Filho, Almeida Junior e Anísio Teixeira. Os três primeiros participaram da comissão que redigiu o projeto original e sendo assim, tornou-se mais fácil para os quatro professores a atualização da proposta e adequação aos objetivos nacionais.

Para Clóvis Salgado, a condução da educação no país deveria ser centralizada, no sentido de unificar a direção e descentralizar para diversificar a execução, o que acontecia nas outras áreas do governo. Ele dizia, também, que as escolas oficiais não estavam cumprindo integralmente a sua missão tanto na quantidade como em qualidade, quando fala que “a escola vale na medida da sociedade onde se implanta” e que o Brasil, como país subdesenvolvido, tinha uma “escola deficiente, como tudo o mais”⁶³.

Perguntado sobre as condições do Ministério da Educação e Cultura para conduzir a educação nacional, Clóvis Salgado respondeu que faltavam recursos materiais e humanos para atender às necessidades de expansão e aperfeiçoamento da escola brasileira, que havia uma “defeituosa organização administrativa” e deixou uma mensagem

Minha palavra é de fé e otimismo: na expansão e melhoria do ensino, na prosperidade crescente do Brasil, na paz entre as nações, na capacidade de aperfeiçoamento físico, intelectual e moral do homem. Nisso se funda a educação verdadeira: no cultivo desses ideais que agitam e engrandecem o espírito humano. Que cada qual, aproveitando a excepcional oportunidade que é a escola moderna, se esforce para galgar todos os seus degraus, para construir a sua personalidade e participar do convívio social⁶⁴

O ministro justificou sua escolha por Leopoldina em função de estar nas mesmas condições de outros dois municípios: Muriaé e Cataguases. A escolha de Leopoldina teria sido facilitada, também, porque o Prefeito era irmão do Ministro

⁶² Eurico Gaspar Dutra foi o 16º presidente do Brasil. Dutra foi eleito presidente da República em 2 de dezembro de 1945 pelo Partido Social Democrático (PSD) em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Seu mandato como presidente da República teve início em 31 de janeiro de 1946, finalizando em 31 de janeiro de 1951.

⁶³ MONTEIRO, 1976, p. 10.

⁶⁴ Ibid, p. 14.

Clóvis Salgado, o que poderia obter a união de todos em torno do projeto, inclusive a união política.

2.2.2 Ensino Complementar Primário

O ensino primário tradicional estava constituído em quatro anos. No ensino complementar primário havia a ampliação com mais dois anos, e destinados a adolescentes de 12 a 14 anos que haviam concluído o ensino primário, mas não tinham vaga no ensino médio.

Para o ministro Clóvis Salgado, essa ideia passou por uma evolução no sentido de se proclamar a necessidade de uma escolaridade comum, mínima, de seis anos para todos os brasileiros, como base indispensável ao progresso econômico, fundado na industrialização. Nesses dois anos acrescidos, além de matérias de cultura geral, equivalentes às duas séries ginasiais, haveria atividades práticas para desenvolver habilidades e atitudes propícias ao trabalho produtivo.

O sistema educacional brasileiro, até 1960, encontrava-se centralizado e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Em 1961, com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, reduzindo-se a centralização do MEC⁶⁵

Com esse pensamento, foram assinados com os Estados, de 1957 a 1958, 129 acordos, aplicados Cr\$816.140,00 (oitocentos e dezesseis mil e cento e quarenta cruzeiros), constituídos e equipados 42 pavilhões de Artes Industriais, iniciada a construção de mais 53 e preparado o professorado especializado. A partir de 1961, deveriam estar em funcionamento 96 unidades, entre as quais uma escola Parque e 16 Centros de Demonstração.

Essas unidades passaram à responsabilidade dos estados a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor, com a inclusão do curso complementar na sistemática do ensino primário.

Dez anos mais tarde, a Lei nº 5.692/71 estendeu o ensino fundamental (1º grau gratuito e obrigatório), até os 14 anos, superando a ideia de ensino complementar, inovação fecundada 15 anos antes.

⁶⁵ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=2>>. Acesso em: 07-11-2016.

2.3 Escola Parque Primário Complementar - Leopoldina (MG)

A partir da implementação da Campanha de Erradicação do Analfabetismo foi criada, no mesmo município, a Escola Parque Primário Complementar, para atender àqueles jovens oriundos das escolas primárias, oferecendo-lhes oportunidades para que se preparassem para iniciar no mercado de trabalho, posteriormente.

Segundo a lei em vigor, as crianças só poderiam trabalhar ao completarem 14 anos. Sendo assim, percebia-se uma lacuna entre o estudo primário e o início do trabalho, situação que poderia ser amenizada pela matrícula dos jovens de Leopoldina, na Escola Parque Primário Complementar.

Apesar do baixo investimento na educação, o Censo de 1960 indicou uma diminuição do número de analfabetos com mais de 15 anos (39,35%). Nessa ocasião havia, em Leopoldina, 3.970 crianças em idade escolar.

De acordo com Relatório do MEC (1960), havia a necessidade de reorganização do currículo escolar de forma a preparar os alunos para uma prática profissional

(...) pensam os técnicos que a solução do problema estaria em reorganizar o curso primário, dando-lhe um currículo e processos de ensino e de medida de aprendizagem, capazes de corrigir a prática usual de promoção e de reprovação das crianças, e também em estender a escolaridade primária, de modo a mantê-las na escola até que completem 14 anos de idade. A extensão da escolaridade se constituiria de um acréscimo de 2 anos de treinamento mais intensivo nas técnicas culturais básicas, com as quais se preocupa a escola primária comum, e também de uma preparação para a aprendizagem profissional em serviço. Quando fosse legalmente possível à criança obter um emprego de iniciação profissional, ela já deveria apresentar uma preparação realizada na escola.⁶⁶

Em 26 de julho de 1958, a Lei nº 286 autoriza a Prefeitura Municipal de Leopoldina a assinar termo de acordo especial com o Ministério da Educação e Cultura, para a construção de uma Escola Parque pela C.N.E.A.⁶⁷, na cidade.

Nesse documento, a Prefeitura Municipal de Leopoldina fica autorizada a “assinar termo de acordo especial com o Ministério da Educação e Cultura, para a construção, na cidade, de um conjunto de escolas, sob a forma de educação para

⁶⁶ Relatório do Ministério da Educação e Cultura, 1960,p.15.

⁶⁷ C.N.E.A- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

erradicação do analfabetismo.⁶⁸ Dessa forma, a atividade essencial do Parque Primário Complementar, na época de sua criação, era propiciar oportunidade para que os jovens pudessem obter uma preparação profissional básica, após a conclusão do curso primário, por não terem condições de ingressar, imediatamente, na escola de grau médio.

Segundo Isaltina Guedes⁶⁹, ex-diretora da escola, aquele estabelecimento de ensino funcionava em regime de hora-aula, em dois turnos, incluindo horário para almoço e recreio. As disciplinas apresentam-se em cinco áreas: cultura geral, atividades industriais, atividades socializantes, cultura física e educação extraescolar.

A área de cultura geral incluía as seguintes disciplinas: português, matemática, estudos sociais, ciências naturais, geografia do Brasil, história do Brasil, inglês, moral e cívica, desenho, canto orfeônico e religião. O clube recreativo, o clube cívico-literário, o jornal mural e o jornal mimeografado encontravam-se relacionados à área de atividades socializantes. A educação física relacionava-se à área de cultura física, ficando o escotismo ligado à área de educação extraescolar.

As atividades industriais, sob a forma de oficinas, com objetivo de preparar os jovens para ingresso no trabalho, desenvolviam-se nas áreas de cerâmica, encadernação, mecânica, latearia-metal, sapataria, eletricidade, marcenaria, radiotécnica, corte e costura, pintura e bordado.

As aulas, em oficinas, apresentavam um caráter profissionalizante à medida que proporcionavam àqueles alunos, instruções com profissionais das diferentes áreas, de forma a prepará-los para o trabalho.

O Parque Primário Complementar, de acordo com os arquivos da Prefeitura Municipal de Leopoldina, iniciou suas atividades com 130 (cento e trinta) alunos. Em 1971, quando deixa de ser relacionado no balanço dos Bens Patrimoniais do Departamento Nacional de Educação, atendia a 192 (cento e noventa e dois) alunos. Esse estabelecimento de ensino teve como entidades mantenedoras: de 1960 a 1962, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo; em 1963, o Programa de Emergência; em 1964, o Plano Trienal de Educação; em 1965, o Departamento Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação; em 1966 e

⁶⁸ Relatório do Ministério da Educação e Cultura, 1960, p. 32

⁶⁹ Isaltina Rennó Guedes, Assistente de Educação nível 14 A, matrícula nº 92057943, designada para dirigir o Parque Primário Complementar de Leopoldina- Minas Gerais, pela Portaria de 12 de agosto de 1965, pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação Leônidas Sobrinho Pôrto (N934).

1967, o Departamento Nacional de Educação; em 1968, o Departamento Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação; em 1969, o Plano Nacional de Educação; em 1970, funcionou sem que lhe fosse concedido auxílio algum, com a suspensão do fornecimento de almoço e as oficinas mantidas com o produto do seu trabalho. Em 1971, funcionou nos moldes de 1970, sem recursos financeiros enviados pelo Ministério da Educação e Cultura.

Na época da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo havia sido firmado um convênio com a Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais e a Coordenadoria daquela campanha, de 1958 a 1960 e de 1961 a março de 1963.

Em relação ao prédio do Parque Primário Complementar, de Leopoldina, no Estado de Minas Gerais, conforme relatório da diretora do estabelecimento, Isaltina Rennò Gomes:

(...) foi construído em terreno adquirido, conforme os termos de Acôrdio Especial assinado entre a Prefeitura Municipal de Leopoldina, e o Ministério da Educação e Cultura, segundo escritura de compra e venda, lavrada às folhas nº 179 e 182-v, no Livro nº 72, no dia 19 de agosto de 1958, no Cartório do 2º Ofício de registro de Títulos e Documentos, de Leopoldina, no Estado de Minas Gerais(...) ⁷⁰

Segundo Isaltina Guedes, a direção daquele estabelecimento de ensino tomou conhecimento, em princípio de julho de 1971, por meio de contatos pessoais com funcionários do Ministério da Educação e Cultura da Guanabara, de que o prédio da escola deixara de ser relacionado no balanço dos Bens Patrimoniais do Departamento Nacional de Educação. Segundo a mesma fonte, a Direção comunicou-se com o Secretário de Apoio Administrativo através do ofício nº 06/71, DIR/PPC e com o Ministério da Educação e Cultura, através do ofício nº 07/71-DIR/PPC, ambos datados em 09 de julho de 1971. Na ocasião, o Secretário de Apoio Administrativo solicitou, à Direção do estabelecimento, através do telegrama nº 107/SAA, de 30 de setembro de 1971, a cópia da escritura do prédio, sendo atendido através do ofício nº 14/71/DIR/PPC, de 08 de outubro de 1971.

Em documento datado em 17 de agosto de 1972⁷¹ e endereçado a Isaltina Rennó Gudes, diretora da Escola Parque Primário Complementar, de Leopoldina-MG, o engenheiro José Antônio Silva Coutinho, gerente de Projetos de Construção

⁷⁰ GOMES, 1971, p.10

⁷¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA- Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEM-Comissão Estadual de Minas Gerais- T/403.

do PREMEM-MG, solicitou que a mesma colaborasse com a prefeitura e DNER, providenciando levantamento cadastral altimétrico completo do terreno e benfeitorias da Escola e área, considerando não ter sido encontrado na CARPE outros dados referentes à instituição. Informa-se ainda neste documento do Ministério da Cultura que tal levantamento deveria ser executado pelo topógrafo ou engenheiro, podendo-se inferir, em confronto com outras fontes, para aproveitamento do prédio para adaptação em prol do funcionamento do PREMEN, em futuro próximo.

Conforme outro documento⁷² do PREMEN, de 06 de setembro de 1972, o parecer do Setor de Pesquisa e Desenvolvimento do órgão, cujo assunto expresso refere-se à transformação da Escola Parque Primário Complementar, de Leopoldina, em escola Polivalente considera diferentes aspectos para suas conclusões. Em relação aos aspectos legais, relata que a área de aproximadamente 18.000 m² onde a escola está construída pertence à Prefeitura Municipal conforme escritura pública de compra e venda⁷³, cita que a transação foi paga com um cheque⁷⁴ emitido pelo Ministério da Educação e Cultura – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

Esclarece, ainda, que a compra da referida área foi feita nos termos do Acordo Especial assinado pela Prefeitura Municipal de Leopoldina, Ministério da Educação e Cultura e pelo estado de Minas Gerais para um conjunto de escolas, sob a forma de Escola Parque. Afirma também que a construção do conjunto de escolas já referido foi feita às expensas da Campanha nacional de Erradicação do Analfabetismo⁷⁵, ficando os projetos sob inteira responsabilidade.

De acordo com o referido Acordo, na cláusula nº 4, a C.N.E.A.- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, ficava obrigada a “dirigir, administrar e controlar o conjunto escolar e o terreno comprado. Essa cláusula previa também que “em qualquer tempo que a CNEA se retirasse da Escola parque primário Complementar, seria estudada pelos três signatários do Acordo, para assegurar a continuidade das atividades escolares”. Dessa forma, quando a CNEA foi extinta, a

⁷² Parecer nº SPD/034/72, de 06/09/72, fl.02 – Maria Antonieta Bianchi- Chefe do Setor de Pesquisa e Desenvolvimento do PREMEN-MG.

⁷³ Registrada no livro 72, às folhas 179v a 182 do oficial de registro de Títulos e Documentos, cartório do 2º Ofício, em Leopoldina- MG.

⁷⁴ Cheque do Banco do Brasil S/A, visado, nº 303.122, datado de 16 de agosto de 1958, a favor da Prefeitura Municipal de Leopoldina.

⁷⁵ Acordo Especial para criação da Escola parque de Leopoldina-MG, cláusula nº 1.

Escola Parque Primário Complementar passou a pertencer ao Departamento Nacional de Educação.

Outro aspecto legal considerado, refere-se ao relatório da Sra. Diretora designada por Portaria 34, de 12 de agosto de 1965, do Departamento Nacional de Educação, sobre os “bens patrimoniais da Escola Parque que não foram relacionados no Balanço de Bens Patrimoniais do Departamento Nacional de Educação quando da extinção do mesmo, citando que naquela ocasião a escola estaria ligada à Secretaria de Apoio Administrativo do MEC. A Diretora informa, ainda, nesse relatório que 41 (quarenta e um) funcionários seriam da União e 14 (quatorze) seriam funcionários do Estado colocados à disposição da Escola Parque.

Em relação aos aspectos físicos, registra-se que foram anexados 10.000 m² (dez mil metros quadrados) aos 18.000 m² (dezoito metros quadrados), com área, então que satisfaria às exigências regulamentares de 28.000 m² (vinte e oito metros quadrados).

No aspecto sociológico considerou-se que a área contaria com “densidade demográfica capaz de assegurar o fluxo à escola de clientela prevista e que a escola transformada poderia oferecer oportunidade de complementação das 8 (oito) séries e de que a, aproximadamente, 250 m (duzentos e cinquenta metros) da escola, encontrava-se um grupo escolar que possibilitaria a adoção de uma filosofia educacional de integração preconizada pela Lei nº 5.692/71.

A produtividade da escola tanto quantitativamente como qualitativamente aumentaria com a transformação, o que possibilitaria a redução dos custos operacionais, ao se referir aos aspectos econômicos.

O Parecer⁷⁶ relaciona os aspectos educacionais relativos à Instituição referindo-se que uma população de 21.349 habitantes na sede urbana e suburbana, a população em idade escolar matriculada nas quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau era de 6.875 (dados de 1970) e que haviam concluído a 4ª série, em 1970, 1.058 alunos, tendo-se matriculado na 1ª série ginásial, em 1971, apenas 571 alunos, causando um déficit de 487 alunos e, esclarece também, que havia apenas um colégio estadual na comunidade, sendo os outros particulares⁷⁷.

⁷⁶ Parecer nº SPD/034/72, de 06/09/72, fl.02 – Maria Antonieta Bianchi- Chefe do Setor de Pesquisa e Desenvolvimento do PREMEN-MG.

⁷⁷ Ibid.

Em relação aos recursos humanos, o Parecer nº SPD/034/72, de 06/09/72, apresenta a situação dos funcionários da Instituição, iniciando com a análise da situação da Diretora, exercida por uma Assistente Educacional que possuía apenas o curso normal; registra que a auxiliar da Diretoria era exercida por uma funcionária do estado à disposição da Escola Parque que poderia ser aproveitada em Curso de Curta Duração.

O pessoal técnico-administrativo era composto por um assistente educacional, que possuía curso de pedagogia e de pintura na Escola Nacional de Belas Artes, que poderia ser aproveitada como coordenadora pedagógica ou professora de educação artística, porque já exercia na Escola Parque a função de professora de desenho e atividades artísticas; o dentista poderia ser aproveitado, também; o técnico de contabilidade, responsável pelo setor financeiro e setor de Pessoal da Escola Parque, poderia fazer o curso de licenciatura desde que mantido seus vencimentos ou ser remanejado para outro órgão federal; havia dois datilógrafos, sendo que um deles já tinha o curso ginásial e não poderia fazer um curso em Belo Horizonte, podendo ser aproveitado como auxiliar de secretaria e o outro poderia ser aproveitado como auxiliar de secretaria, visto ter ginásial incompleto; em relação aos dois escreventes datilógrafos, um deles não possuía o primário completo, daí a dúvida em reaproveitá-lo, o outro possuía o curso colegial e poderia fazer o curso de licenciatura em técnicas comerciais; um auxiliar de biblioteca, com curso normal, seria conservado na função, visto não poder fazer outros cursos e ter 61 anos.

Havia dois inspetores de alunos, sendo que um frequentava a 4ª série do curso de Matemática na FAFI (de Muriaé) e o outro, com curso primário, poderia ser remanejado para outra Unidade Federal e demonstrou preferência pelo setor local da Campanha Nacional de Alimentação escolar; o único auxiliar de portaria seria aproveitado no cargo; o único auxiliar rural, analfabeto, seria aproveitado como jardineiro; todos os nove serventes poderiam ser aproveitados; as duas copeiras poderiam ser aproveitadas como cantineiras; o armazenista poderia ser remanejado para a campanha Nacional de Alimentação, conforme de sua opção; os três guardas poderiam ser aproveitados como vigias noturnos.

Havia oito professores de ofícios, uma professora de artes industriais com curso no CTP-GOT, em Betim, 1966, que poderia fazer complementação das matérias pedagógicas, um professor de ofício possuía curso normal, mas não tinha

disponibilidade para participar do curso de complementação pedagógica; outro professor de ofício possuía o nível primário, outro frequentava a 2ª série colegial, outros três professores de ofício faziam o exame supletivo ao ginásio e outro professor de ofício possuía curso ginasial.

Nesse documento, fica explícito que, com exceção do professor que possui o curso de artes industriais no CTPGOT (1966), os demais poderiam ser aproveitados no centro de treinamento de professores, na habilitação de professores rurais para que pudesse ser antecipada a iniciação profissional nas zonas rurais, onde a duração ainda seria, durante muito tempo, de 4 anos.

Em relação aos professores de pré-primário e primário havia um total de quatro. Um deles exerce a função de professor de educação física, possuía licenciatura na área de atuação e acumulava cargo como professor de educação física do colégio estadual. Este poderia ser aproveitado em 22 horas; o outro exercia a função de professor de canto e Música e frequentava a 2ª série colegial no Conservatório de Música “Lia Salgado”, no próprio município de Leopoldina. Esse professor apresentava possibilidade de fazer curso de educação artística; os outros dois professores acumulavam o cargo com o de professor primário do estado e, em função disso, não teriam disponibilidade para curso de reciclagem e, desta forma, poderiam ser aproveitados no Centro de Treinamento de Professores ou na Campanha Nacional de Merenda Escolar; havia, também, seis professoras do estado de Minas Gerais à disposição da Escola Parque.

Sendo assim, havia um total de treze professoras primárias, dez possuíam o curso de Colegial Normal e poderiam fazer curso de Licenciatura ou serem devolvidas às funções de origem; três delas não possuíam o curso no Colegial Normal e, por isso, deveriam ser devolvidas às funções de origem.

A orientadora de ensino do quadro do estado se encontrava à disposição da Escola Parque Primário Complementar e, segundo o documento analisado, acumulava, inconstitucionalmente, o cargo com o de Assistente Educacional em exercício na direção do centro de treinamento de professores rurais de Leopoldina e, sendo assim, deveria fazer a opção por um dos cargos visto que a acumulação era indevida.

O parecer⁷⁸ apresenta sua conclusão, considerando as vantagens que poderiam advir da transformação de uma escola altamente onerosa aos cofres públicos de forma que reduzisse os gastos para aumentar a produtividade qualitativa e quantitativamente, indicando, dessa forma, que a escola Parque Primário Complementar de Leopoldina fosse transformada em escola Polivalente.

Conforme registro na imprensa local:

Em uma das muitas tentativas sérias de nosso País de acabar com o fantasma do analfabetismo em nossas terras, na gestão do nosso ilustre e brilhante conterrâneo, Dr. Clóvis Salgado, como Ministro da Educação, foi implantado em Leopoldina o PARQUE PRIMÁRIO COMPLEMENTAR⁷⁹.

A Escola Parque Primário Complementar, segundo expressão da imprensa de Leopoldina, representou uma marca do ideal desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e da influência política do ministro da Educação, Clóvis Salgado, no setor educacional do município mineiro de Leopoldina, na busca de uma solução para o problema do analfabetismo no país.

⁷⁸ Parecer nº SPD/034/72, de 06/09/72, fl.02 – Maria Antonieta Bianchi- Chefe do Setor de Pesquisa e Desenvolvimento do PREMEN-MG.

⁷⁹ Jornal A TOCHA, Leopoldina (MG), 07 ago. 1974.

3 ESCOLA PARQUE: MARCA NA MEMÓRIA DOS MEMBROS DA COMUNIDADE ESCOLAR E NA IMPRENSA LOCAL

Nesta pesquisa foram analisados documentos do arquivo da Prefeitura Municipal de Leopoldina e da Câmara Municipal de Vereadores, além de periódicos da imprensa local, especificamente da Gazeta de Leopoldina.

A metodologia da história oral foi utilizada pra complementar os dados das fontes documentais de forma que fossem alcançados os objetivos propostos, partindo-se de elementos coletados nas lembranças de um grupo de indivíduos que viveram a experiência direta com a escola em estudo.

Michael Pollak⁸⁰ afirma que a memória não deve ser resumida à vida de uma pessoa, mas é constituída por fenômeno resultante de uma construção coletiva, organizado a partir do presente e, em parte, herdada. Esse autor complementa, ainda, que, quando se trata da memória herdada, pode-se dizer que há “uma relação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade, entendida como a imagem que se constrói e se apresenta a si próprio e aos outros, a maneira como se quer ser percebido”.

Pode-se afirmar, então, que, de acordo com Pollak (1992)

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si⁸¹.

3.1 História oral: ponte para o registro da memória

Em função das lacunas documentais e da natureza da pesquisa, foram utilizadas fontes orais, com relatos de ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários da instituição para constituição do *corpus* documental.

Regina Beatriz Guimarães Neto (2012) apresenta seu posicionamento em relação ao uso do relato oral como fonte documental

⁸⁰ POLLAK, 1992, p. 200-212.

⁸¹ Ibid, p. 204.

O relato oral pode ser lido como um texto em que se inscrevem desejos, normas e regras e, também, apreendem-se fugas; em suma, deve ser trabalhado, tecido e passível de ser lido como um texto articulador de discursos.⁸²

Ela afirma, ainda, que “os documentos encontram-se mergulhados em uma complexa teia de relações – e imbricados com ela – que as sociedades mantêm com o seu passado e o seu presente, conferindo presença ao passado ou aos passados”.⁸³

De acordo com Neto Guimarães, a prática da história oral, das entrevistas aos arquivos, dos testemunhos às narrativas

(...) orientando-se pelos procedimentos metodológicos compartilhados pelos seus pares e dialogando com diversas áreas do conhecimento -tem como grande desafio a tarefa de colocar, compor e desdobrar os relatos orais em textos escritos (abertos aos leitores!) para oferecer sua contribuição à produção historiográfica⁸⁴.

Segundo Antônio Paulo Rezende, o diálogo entre o passado e o presente não pode ser dispensado e “é base da vida, da narrativa e da constituição da memória. Sem ele, sepultaríamos qualquer reflexão sobre a história. A memória fortalece a relação entre as experiências e as sensibilidades construídas”⁸⁵.

3.2 Significado da Escola Parque Primário Complementar na memória dos membros da comunidade escolar

Os relatos apresentados foram transcritos de entrevistas realizadas, em vídeo e áudio, com ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários da Escola Parque Primário Complementar, criada pelo governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 09 de abril de 1960, no município de Leopoldina, localizado na Zona da Mata, do estado de Minas Gerais.⁸⁶

⁸² NETO GUIMARÃES, 2012, p.17-18.

⁸³ Ibid., p.20.

⁸⁴ Ibid., p. 33.

⁸⁵ REZENDE, 2010, p. 26.

⁸⁶ Entrevistas arquivadas na Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG, Unidade de Leopoldina, 2015.

As entrevistas foram iniciadas a partir de contatos com a Câmara Municipal de Leopoldina, onde foram identificados documentos referentes ao registro da Instituição supracitada.

No decorrer dos primeiros contatos, houve identificação de um dos ex-alunos da escola que, de forma voluntária, encarregou-se de entrar em contato com outros amigos da época em que estudavam juntos na escola, objeto da pesquisa.

Nos contatos iniciais buscou-se a identificação de elementos que poderiam constituir-se em fontes históricas para o desenvolvimento da pesquisa. Logo de imediato, houve interesse de alguns ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários da Instituição em participar ativamente da pesquisa. A partir daí, foram estabelecidos contatos informais entre os mesmos. Dessa maneira, houve a concretização da colaboração espontânea dos entrevistados no processo da pesquisa. As entrevistas foram agendadas e propiciaram um encontro inicial entre as pessoas que constituíram o objeto do estudo.

Os próprios entrevistados tornaram-se facilitadores da pesquisa, com oferta de documentos complementares que registravam a existência daquela Instituição de Ensino no município de Leopoldina, estabelecendo-se a colaboração e a cooperação entre os participantes da pesquisa: entrevistados e entrevistador/pesquisador.

De acordo com Meihy⁸⁷, “colaboração é o processo de interação em lato sensu”, que se dá no processo do trabalho com entrevistas. O autor entende por cooperação, a “ação de operar e principalmente de operar junto”. Ele ressalta que a prática operacional da entrevista se dá a partir da consonância entre os papéis desenvolvidos pelo entrevistado e pelo entrevistador na produção de um texto que pretenda tornar-se um documento e que se integre em um *corpus* documental com maior amplitude como fonte histórica.

As entrevistas ocorreram em um espaço oferecido por um dos membros do grupo dos entrevistados: eles se incumbiram de convidar outros para agendamentos futuros, colocaram-se à disposição da pesquisa e assumiram a postura de colaboradores, além de constituir-se em sujeitos do próprio estudo.

⁸⁷ MEIHY, 2007, p. 120-121.

3.2.1 Relatos de ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários

Na análise dos relatos⁸⁸ apresentados nas entrevistas dos membros da comunidade escolar da instituição em estudo, pode-se inferir que a história da escola está inserida nos registros dos resquícios da memória desses cidadãos leopoldinenses.

O ex-aluno Vasco Pereira Machado, no seu relato, explicita a profissão dos pais: “meu pai era contramestre da Fábrica e minha mãe tecelã na própria fábrica” e esclarece a justificativa pela escolha da Escola Parque por sua família, para que lá estudasse, declarando que, “na época, com a profissão que tinham, não teríamos condições de estudar em outro lugar. Então, quando veio a Escola Parque, que tinha interesse profissionalizante, foi melhor para meus pais me colocarem lá.”

Neste relato, esse ex-aluno apresenta os elementos marcantes da Escola Parque em sua vida, declarando que a instituição lhe proporcionou influências no campo pessoal e profissional e destaca a importância do estímulo dos docentes na sua vida, quando afirma que a marca deixada pela Escola “foi a amizade, o jeito profissionalizante, o qual eu me tornei um deles e muito mais mesmo os professores que eram muito interessantes, davam muita atenção para nós e nos incentivavam”.

Na análise da entrevista ao ex-aluno Roven Pereira de Oliveira, pode-se inferir o nível socioeconômico de sua família, quando explicita que “minha mãe era servente no Conservatório Estadual de Música Lya Salgado e meu pai estava adoentado na época”. No relato, não há especificação da profissão do pai.

Nessa entrevista, o ex-aluno apresenta as marcas que a Escola Parque deixou em sua vida:

Eu me lembro bem das aulas de Arte, que eu gostava muito, com a Glória Maria. Tinha também a parte de teatro que era bem interessante. Tinha as oficinas. Era uma tentativa de aprender alguma coisa com as pessoas que estavam lá tentando e fazendo tudo para nos ensinar, passar algo de profissional, de vida mesmo, de orientação. Então, as oficinas eram muito interessantes, muito. Eu gostava muito.

Desse relato, pode-se inferir que as atividades de artes tinham destaque na memória do entrevistado, quando especifica o nome da professora, citada em outros relatos, além de poder-se ressaltar o envolvimento dos profissionais que ali

⁸⁸ As entrevistas encontram-se arquivadas na Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG- , Unidade Leopoldina.

atuavam, provocando interesse por parte dos alunos, especialmente nas atividades desenvolvidas nas aulas práticas, que funcionavam em oficinas.

Esse entrevistado enfatiza que a escolha da Escola estava relacionada, também, à indicação daqueles que já haviam passado pela experiência positiva na instituição, conforme resposta à questão referente ao motivo da definição da sua família por aquela escola, dizendo que teria sido “por indicação do meu primo, que era diretor de disciplina da Escola Parque, na época”.

Em sua entrevista, Antônio Amâncio Valentim, ex-aluno, relata que a profissão do pai era comerciante e que a mãe era doméstica. O entrevistado informa que a Escola Parque era inovadora para o município, além de representar oportunidade de formação de cidadãos e orgulho para a cidade.

A Escola Parque na época era novidade em toda a região, quiçá no Brasil, porque era uma escola completamente diferente. Eu digo assim...eu digo e já escrevi sobre isso, falando sobre: uma escola diferente. Era uma escola diferente, certo? Ali nós aprendemos tudo de bom. Praticamente, pra minha vida adulta, vida de cidadão, foi de grande valia. Pra mim e pra todos que estou vendo aqui: ex-alunos, ex-professores que estão aqui. Para nós, foi uma verdadeira fortuna, ter Leopoldina ser agraciada com essa escola.

O entrevistado relata a representação positiva do corpo docente da instituição e a validade da escola com tempo integral para os alunos, com a inclusão de alimentação, que contribuiu na criação dos filhos de sua família. Destaca, também, o valor da profissionalização para futuro dos alunos daquela escola.

(...)Tinha um corpo docente espetacular, fora de série, supercompetente. Era uma escola que abrigava os alunos. Eu acho que isso aí é de grande valia e faz uma falta tremenda num país como o Brasil. Você ter os alunos aí o dia inteiro, em tempo integral. Essa escola pra muita gente serviu até, como você perguntou, minha família tinha muitos filhos, nós éramos 12 (doze), mas, de qualquer maneira, para muitas famílias, ela também ajudou até na alimentação, que era uma alimentação balanceada, alimentação muito sadia, muito boa. Além disso, e como eu também já falei antes, muitos ex-alunos, hoje, são profissionais que começaram ali.

Outro aspecto destacado nessa entrevista refere-se à influência da política local na criação da Escola Parque

A Escola Parque era uma questão política. Nós tínhamos, na época, uma política muito forte na nossa região, principalmente na nossa cidade. Juscelino era muito ligado aqui ao Clóvis Salgado, ao pessoal dos França

daqui, José Gomes Domingues, como deputado estadual. Então, essas pessoas influíram muito para que essa escola viesse aqui pra Leopoldina, como também a BR 116. Tinha essa vantagem de Leopoldina ser um polo, mas eu acredito que...como a questão ...por que acabou também? Foi politicamente. À medida que nós perdemos a força política, nós perdemos também a Escola Parque.

Esse entrevistado relata, ainda, o que sua lembrança traz a respeito da situação política que teria contribuído para o fechamento da Escola e pode-se inferir que, por meio desse relato, houve entendimento por parte da comunidade de que havia relação da política com a interrupção do funcionamento da Escola Parque no município de Leopoldina.

Eu acredito que foi por política. Aí eu digo assim, não é política, mas por politicagem. Porque de repente eu estava na rua e fiquei sabendo... que estão destruindo a Escola Parque. Aí chegamos lá, o auditório que existe lá até hoje, tem muito tempo que não vou lá...O auditório, aquelas cadeiras que eram de melhor qualidade, todo material da escola era da melhor qualidade, excelente qualidade. Então, tudo foi tirado...até uns postes de som, que existiam, aquilo tudo material da marcenaria e das outras oficinas...era tudo importado, era coisa de melhor qualidade. De repente, aquilo acabou tudo...tiraram tudo e acabaram com tudo para ir pra Januária. Quer dizer, só pode ter sido, eu não digo política, mas com a politicagem. E, infelizmente, nessa época, já nós já tínhamos perdido, praticamente, a força política. E aconteceu o que aconteceu. Estávamos também em plena...vamos dizer assim...Juscelino Kubitschek, João Goulart, aí veio aquela revolução, que dizem, de março de 64, aquela coisa toda...eu acho que isso influenciou muito.

Na entrevista da ex-professora Heloísa de Oliveira Nogueira, não há uma lembrança clara, mas há indícios de reconhecimento da importância da Escola Parque para a comunidade local e para os visitantes da cidade, por causa da inovação educacional que trazia, além da visibilidade do município na região.

Eu não me lembro, mas só sei que, de qualquer maneira, causou um impacto muito grande porque mostrava que a cidade estava crescendo. Se ela foi escolhida para tal era porque tinha capacidade para continuar aquele trabalho. Não me lembro de manifestações em jornais, mas a busca e a procura de todos que vinham a Leopoldina, que gostavam muito de visitar e conhecer a Escola Parque.

A ex-professora Miriam Domingues da Cruz Machado Calábria relata sua impressão sobre o impacto da criação da Escola Parque para a sociedade leopoldinense e ressalta a diferença daquela instituição em relação às outras, no que tange à qualidade, especificamente no que diz respeito à duração da carga horária escolar e inovação educacional.

Olha, eu acho que a criação dessa escola foi de um impacto muito grande para a nossa sociedade, porque houve uma preparação, uma expectativa em torno. Eu, criança, percebi isso através disso da minha mãe. No entusiasmo dela, da preparação, muitas reuniões com pedagogos, com o arquiteto que veio fazer a escola, com tudo o que era construído em torno...com o espírito da coisa. Ser elaborado, uma educação integral naquele tempo. Já pensou? Então, isso tudo. Minha mãe era maravilhada, maravilhada completamente com a escola e o espírito de educação da época. Eu percebia através dela.

Essa ex-professora relata que a escola não manteve o mesmo padrão de qualidade e relaciona essa situação à mudança dos dirigentes, que passaram a ser do município, diferentemente do que ocorria anteriormente.

(...) No começo, no tempo que os diretores vinham de fora, eles eram mais bem preparados, imbuídos com o espírito de idealismo, com a escola piloto de educação. Depois os diretores foram embora e parece que houve assim: os diretores começaram a ser de Leopoldina, com mentalidade sem ser aquela mentalidade progressista educacional. Então, passou a ser uma coisa mais regular, mais para preparar o menino para o ginásio, para o ginásial. Perdeu aquele significado.

O relato dessa professora apresenta sua percepção a respeito do fechamento da Escola Parque, o que trouxe perplexidade para sua mãe, também professora da Escola, e para todos aqueles que desconheciam o processo de fechamento da instituição pelo governo.

Olha, gostaria muito de saber. Isso foi a tristeza da minha casa, da minha mãe por anos. Eu queria que ela estivesse aqui. Se ela estivesse aqui, ia ser sensacional. Ela não se conformou. Isso foi uma tristeza. Eu não sei por que a escola fechou e a gente não sabia que já estava fechada. Ela se sentiu traída, porque trabalhava desde a fundação da escola e eles não foram avisados nem que havia risco dela ser fechada. Não sei se foi falta de verba. Não sei por que a escola fechou até hoje e gostaria muito de saber.

O ex-funcionário José Perácio Caldeira relaciona o fechamento da Instituição com questões políticas, referentes à ditadura militar de 1964, contrárias ao ideal de Juscelino Kubitschek e, conseqüentemente, a Clóvis Salgado, político local, com atuação no âmbito nacional.

O professor que veio aqui era o professor Lamas. Dizem que a escola não tinha mais finalidade e que nós tínhamos que escolher uma escola para ir dentro de trinta dias, para ser transferido. Ninguém explicou o porquê. A gente acha que foi o militarismo que acabou com a escola, porque eles

eram contra o Juscelino, eram contra o Clóvis Salgado, contra todo mundo. Eram a favor só deles. Então, eu acho que a finalidade foi essa.

A ex-funcionária Zélia de Oliveira relata, ao ser entrevistada, que antes de a escola funcionar, já trabalhava na tesouraria, porque teve todo um processo para a implantação da Escola Parque e que ela era a secretária da instituição.

Essa funcionária apresenta suas lembranças, como outros entrevistados, de que a escola não recebeu sempre as mesmas condições para promover o padrão de qualidade proposto. Ela cita que “quando já estava na fase de acabar, não tinha mais as facilidades. O MEC já não estava dando o apoio que dava no início, porque tudo já tinha mudado. Os governos já tinham mudado, já estava funcionando de uma maneira mais precária.”

O relato dessa funcionária ressalta sua lembrança a respeito dos motivos que propiciaram o fechamento da escola

A escola fechou porque ela era uma escola primária, ligada direta ao MEC, e não havia a menor possibilidade, na época, de uma escola nesse nível ser ligada diretamente ao MEC. Precisava ser transformada numa universidade. E eu acho que foi falta de força política, porque por mais que se trabalhasse pra transformar aquilo numa escola, mas foi a escola agrícola que foi pensada na época, mas não conseguiu.

A ex-funcionária relata que a Escola Parque “foi um marco, foi um divisor” em sua vida, inclusive, citando que seu casamento civil foi realizado naquela escola. Com essa citação, pode-se entender que o espaço era cedido para eventos não escolares.

Ela enfatiza que “amava aquele lugar” e que “escola era um cartão postal da cidade”. E acrescenta que acredita que os seus colegas de trabalho tenham lamentado também, bastante, o fechamento da instituição e que teve que ser transferida pra a universidade de Juiz de Fora. Segundo essa ex-funcionária, a Escola Parque de Leopoldina

foi um belo projeto, uma experiência frustrante; um projeto maravilhoso que na época funcionou, mas foi frustrante, simplesmente porque não deu certo porque as necessidades já foram outras; a época mudou bastante e não fazia mais sentido aquele projeto, porque as crianças já tinham outras facilidades pra continuar estudando, e quando começou não havia aquilo. Aquilo foi uma festa. As crianças, saídas do primário, dos grupos e lá, naquela época, era linda, maravilhosa, com todo conforto, com café da manhã, almoço, café da tarde. Foi uma coisa maravilhosa. (...)uma experiência que não deu certo em termos. Na época deu certo, mas depois

não fazia mais sentido, tanto que, na sequência, veio o Premem, que era uma coisa parecida, mais avançada, que também não deu certo, não fazia mais sentido.

O ex-professor Zanoni de Araújo relata que acompanhou a escola desde o princípio, desde a construção da parte física do prédio. Ele afirma que conheceu na escola, o “Dr. Luiz Moreira, que era o engenheiro, filho do Dr. Roberto Moreira, que mais tarde fomos ver que era uma pessoa muito importante no meio da educação”⁸⁹ Pode-se deduzir, dessa maneira, que havia proximidade do ministério da Educação com o pessoal da Escola Parque, de Leopoldina.

Esse professor relata as condições de seu ingresso por meio de um concurso, incluindo aula prática, para ser professor de eletricidade na Escola Parque

No dia 10 de março de 1960, eu já estava lá, porque fiz, eu me preparei, com certo medo, *pra* entrar, *pra* fazer o concurso; medo de não passar...(...) mas o concurso foi feito de várias categorias, várias oficinas e a minha parte era a parte elétrica. E eu fui obrigado, obrigado por força de expressão, eu tinha que dar uma aula. A mesa julgadora tinha que observar o desenvolvimento do candidato, e puseram 10 crianças pra nós darmos uma aula a essas crianças. Depois, quando terminei ali, eu já havia feito aquela parte e os outros concorrentes, candidatos também. Eu não fiquei sabendo de resultado, mas, a partir dali, eu já estava praticamente ligado à Escola Parque.

O professor Zanoni acrescenta outros detalhes sobre a admissão no quadro de docentes da instituição, especialmente dos professores das oficinas, como era a situação desse entrevistado

Nós éramos professores de ofício. Então, quando exigiram de nós, o que nós poderíamos oferecer para que pudesse se candidatar, e que tinham que ter no mínimo cinco anos de ofício que exigiram. (...)pediram que apresentássemos um plano para a parte prática, um plano de duzentas horas para o ano inteiro. Eu fiz o meu plano.

Zanoni demonstra muita emoção quando relata a marca que a Escola Parque deixou em sua vida e disse que aquela escola era sua vida e que tinha uma grande amizade entre os professores, como em uma família. Ressalta que a escola não deixava nada a desejar, inclusive para o aluno, no que dizia respeito às refeições, que eram de muita qualidade.

⁸⁹ Relato de Zanoni de Araújo, ex-professor da Escola Parque Primário Complementar, em entrevista arquivada na Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG, Unidade Leopoldina.

O ex-professor Zanoni fez um longo relato sobre a situação salarial e negociação para resolução da queda salarial, com redução da carga horária de trabalho para compensar as perdas, de forma que pudessem trabalhar fora da escola, em seus ofícios

Imagina vocês que quando eu falava na escola, sempre que falasse qualquer coisa, sempre esperava que era uma brincadeira, porque eu tinha maneira de falar assim, meio brincando. Quando nós iniciamos, começamos a ganhar dez mil cruzeiros que era um grande salário. Com o decorrer do tempo e com a inflação (...) de seis anos mais ou menos depois, por aí, o salário nosso já estava muito mal, muito mal, malísimamente. Nós queríamos reclamar um aumento de salário, mas não tinha jeito, mas como naquele momento já começou a fase João Goulart e o ministro de educação, cada semana era um. Trocava, trocava, e apareceu, veio aqui senhor coordenador. O nome dele, eu me lembro bem que era muito engraçado. Era Henrique Riquete. Ele mandou reunir o Centro de Treinamento de Professores e o Parque Complementar, todos os funcionários para ele fazer uma exposição, naquele diretório todo. Ele falou, falou, falou, falou. Depois que ele terminou... Bom, eu já falei o que eu queria, mas com relação ao salário de vocês, vocês podem ficar tranquilos que dias melhores virão, mas o senhor ministro pretende resolver bastante essas coisas e tal. Se alguém quiser falar mais alguma coisa, (disse o coordenador). Eu falo. Peguei o microfone e disse assim: - O senhor há de convir que nós somos professores de ofício, se você não pode aumentar o nosso salário, que diminua pelo menos o nosso serviço. Aí, todo mundo riu. Resolve alguma coisa? Resolve, porque se o senhor diminuir o nosso tempo de serviço, nós vamos ganhar lá fora. Cada um vai ganhar lá fora, dentro da sua profissão alguma coisa a mais para resolver os nossos problemas. Todo mundo bateu palma. Na semana seguinte, nós começamos a trabalhar só na parte da tarde. Na parte da manhã, cada um ia se defender. Eu ia enrolar motor, outro ia consertar carro (...). Só muito tempo depois, que passou pra voltar ao horário integral. Eles colocaram no diário oficial o horário integral, mas aí voltou o horário integral, e naturalmente um salário mais condizente.⁹⁰

Esse entrevistado, professor Zanoni, relata suas impressões a respeito da situação da escola e cita, mais uma vez, a presença do Sr. Roberto Moreira, do Ministério da Educação, na Escola Parque, embora não demonstrando clareza quanto à função desse funcionário no ministério

Eu tenho a impressão que a tendência era sempre melhorar, com a observação direta que o Dr. Roberto Moreira, que era da parte do Ministério da Educação. Não sei qual a função dele. Vinha periodicamente fazer uma visita, deixava no quadro cumprimentando, agradecendo. Então, não tenho condição de dizer se melhorou ou piorou, mas eu queria, (...) salvar uma parte é muito importante, é que o Dr. Clóvis Salgado, a honestidade dessa

⁹⁰ Relato de Zanoni de Araújo, ex-professor da Escola Parque Primário Complementar, em entrevista arquivada na Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG, Unidade Leopoldina.

pessoa. Um dia, a diretora, a última, apresentou a ideia de fazer um almoço, um almoço aqui pro Dr. Clóvis. Isso já tinha uns cinco anos mais ou menos de escola, que a gente não pedia a ele uma verba melhor pra escola, que a escola também estava passando aperto, desde o Dr. Clóvis, lá pelas tantas, pois é que a escola está passando aperto aqui, certa dificuldade, em vez de ele fazer como qualquer outro político faria, ah, é comigo mesmo, vou dar um jeito nisso, não, vocês já observaram, já viram, já notaram se valeu a pena, já fizeram um apanhado geral do que ela já ofereceu de bom em termo de aprendizagem, educação, etc. Eu achei aquilo formidável, importante demais por aquela pessoa, outra parte de honestidade, também no curso nosso, no concurso que nós fizemos, ao fazer é concluir, como é que eu falo assim, ao construir a escola, teve uma pessoa desde lá do princípio a parte de eletricidade, elétrica, tudo na escola, a parte elétrica, eu falei quem vai passar no concurso de eletricidade é esse homem, não foi, não é impressionante, honestidade, sabe como? Posso falar uma parte engraçada também, veio aqui uma professora, paulista, Dona Sara Lacasar, veio falar sobre a parte de teatro, essas coisas assim, para dar onde até esse Chapeuzinho que ele falou aí. Eu precisava de um fundo musical, alguém tem alguma gravação, alguma coisa assim, ah, o Sr. Zanoni tem. (...) Ela ficou lá uns dias com aquilo e tal, pá, pá, lá, um dia ela disse tô muito sem graça com o senhor, quebraram o disco do seu álbum, quebraram um disco, não, a senhora não se preocupa, é quebra-nozes, se quebrou um só, não tem problema. Muito engraçado.⁹¹

O professor relata que, em sua opinião, a Escola Parque que não precisava ser fechada e cita a sondagem que foi feita para que a escola Polivalente funcionasse no prédio da Escola Parque. Ele ressalta, ainda, que se sentia suspeito pra falar, mas que tinha a impressão de uma “política de cúpula”⁹².

A ex-professora Glória Maria de Azevedo Barroso, em sua entrevista, enfatiza os indícios que se apresentavam no cotidiano da Escola, com indicações da escassez de material e o posterior fechamento da instituição

(...) começou a faltar material em todos os campos. O dentista queixava que não podia fazer trabalho porque faltava material. O meu mesmo estava difícil. A gente tinha que inventar moda porque sustentar uma coisa dessa... Então, mesmo assim, teoricamente e filosoficamente, acho que devia haver sempre um suporte para que as coisas tivessem um elo. E não era assim não.

No seu relato, a ex-professora Glória Maria apresenta sua lembrança a respeito do fechamento da Escola Parque, em Leopoldina, relacionando essa situação à interferência política

Acho que foi coisa de política. A gente, naquela época, não era muito politizada, né... E naquela época não era, por conta da ditadura. E, aí, por

⁹¹ Relato de Zanoni de Araújo, ex-professor da Escola Parque Primário Complementar, em entrevista arquivada na Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG, Unidade Leopoldina.

⁹² Ibid.

política. Eu não via motivo. Monta o circo e desarma. E era uma coisa que realmente era importante e relevante. Mesmo que as oficinas mudassem, mudassem através do tempo. Podia fazer informática e sei lá o que mais. Sempre teria uma razão de ser. No princípio, pegaram aqueles alunos que não estavam na escola ou que não terminaram ou pararam. Era muito interessante. Tinha ginástica. Eu sentia falta de suporte.⁹³

Essa professora relata, ainda, suas memórias e considerações sobre os motivos que poderiam ter provocado o término do projeto do governo federal, relacionando-os à perseguição ao ideário de intelectuais, exemplificando a situação de Anísio Teixeira. Ela afirma

(...)Só me lembro dessa coisa meio política, desagradável. Foi um sonho e que poderia ter tido um resultado...continuar a fazer. E, no entanto, parou. Até mesmo, materialmente, as coisas foram distribuídas pela escola. Todo mundo falava ...eu quero. E formam acabando com cadeira,(...) Foi criada com a rádio. Uma coisa que foram deixando morrer. Eu acredito que possa ter muita influência da ditadura. Por quê? O Anísio Teixeira, por exemplo, era um perseguido. Todas as pessoas que tinham ideias eram perseguidas. Então, eu acho que a Escola Parque é um fruto daqueles educadores, filósofos da educação. Então, como aquilo era fruto deles, não era visto com bons olhos. Então, porque não havia motivo. Pra cidade, pra colocar esse povo todo. E as coisas podiam ir se modificando, atualizando, conforme as necessidades.⁹⁴

Segundo Isaltina Rennó Guedes⁹⁵, a direção daquele estabelecimento de ensino tomou conhecimento, em princípio de julho de 1971, por meio de contatos pessoais com funcionários do Ministério da Educação e Cultura da Guanabara, de que o prédio da escola deixara de ser relacionado no balanço dos Bens Patrimoniais do Departamento Nacional de Educação.

Segundo a mesma fonte, a Direção comunicou-se com o Secretário de Apoio Administrativo, através do ofício nº 06/71, DIR/PPC e com o Ministério da Educação e Cultura, através do ofício nº 07/71-DIR/PPC, ambos datados em 09 de julho de 1971. Na ocasião, o Secretário de Apoio Administrativo solicitou à Direção do estabelecimento, através do telegrama nº 107/SAA, de 30 de setembro de 1971, a

⁹³ Relato de Glória Maria de Azevedo Barroso, ex-professora da Escola Parque Primário Complementar, em entrevista arquivada na Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG, Unidade Leopoldina.

⁹⁴ Relato de Glória Maria de Azevedo Barroso, ex-professora da Escola Parque Primário Complementar, em entrevista arquivada na Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG, Unidade Leopoldina

⁹⁵ Ex-diretora da Escola Parque Primário Complementar- Relatório arquivado na Prefeitura Municipal de Leopoldina.

cópia da escritura do prédio, sendo atendido através do ofício nº 14/71/DIR/PPC, de 08 de outubro de 1971.

3.3 Registros na imprensa local - Gazeta de Leopoldina

A Gazeta de Leopoldina, periódico da imprensa do município de Leopoldina que foi fundado em abril de 1895, tendo como redatores e proprietários os senhores José Monteiro Ribeiro Junqueira e Antonio A. Teixeira. Destacava-se em relação aos outros em circulação, devido à sua abrangência política.

O acervo encontra-se arquivado na Casa de Leitura Lya Maria Müller Botelho, no município de Leopoldina.

Nesta pesquisa, foram analisadas as matérias publicadas que se referiam ao objeto do estudo, apresentando-se desta maneira, as notícias e artigos, e a análise dos conteúdos desses textos.

3.3.1 Clóvis Salgado – Ministro da Educação do governo de JK

Na edição de 05 de abril de 1959, a Gazeta de Leopoldina pede “vênia” ao jornal carioca – Correio da Manhã para levar aos seus leitores o conhecimento de artigo intitulado “Projeto Salgado”, publicado em 31 de março daquele ano. No artigo apresenta-se uma crítica ao posicionamento do ministro da Educação Clóvis Salgado, em face à crise do ensino brasileiro, retardando, propositalmente, a regulamentação sobre as anuidades escolares, provocando uma agitação social. De acordo com o artigo, o ministro estaria estimulando “uma crescente agitação social em que as ameaças de novas greves se misturam a uma campanha de descrédito normal de todo ensino privado”⁹⁶.

O objetivo final seria pressionar o Congresso para aprovação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “recém confeccionado na alfaiataria ministerial de figurinos pedagógicos, dentro dos objetivos políticos do Sr.

⁹⁶ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 5 abr. 1959.

Clóvis Salgado”⁹⁷. O artigo menciona, ainda, que “ao Sr. Juscelino Kubitschek não é, entretanto, lícito ficar indiferente em face da situação que se está criando”. O texto é concluído com questionamento, então, sobre a aprovação do presidente aos planos que o ministro estaria colocando “manhosamente em execução”.

Em 31 de janeiro de 1961, o jornal apresenta a manchete *O grande mal do Brasil atual*, onde se apresenta a inflação como avassaladora e provocadora de um dos “períodos mais críticos da história pátria”. Salienta, ainda

Nunca presenciamos a tão rápida degradingolada do poder de compra da moeda, nem tão periclitante se mostrou a ordem social. O governo intervém na economia privada, na vida agrária e no controle dos preços, como se isto fosse o remédio ideal para sanar o descontentamento do povo, as constantes greves, a desagregação social⁹⁸.

Com a manchete *Parque Primário Complementar*, a edição do dia 09 de fevereiro de 1964 apresenta nota da direção da instituição, para comunicar a quem fosse do interesse que

(...) de acordo com o **plano trienal de educação** (grifo do autor) e nos termos do parágrafo único do art. 26 da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, combinado com o art. 53 do “Código do Ensino Primário de Minas Gerais”, ficaram instituídas, a partir do corrente ano, a quinta e a sexta séries primárias nos estabelecimentos que atenderem as exigências previstas na legislação vigente. Em Leopoldina, estas classes serão instaladas no prédio do Parque Primário Complementar (Escola Parque)⁹⁹.

A nota dizia, também, que, para a efetivação das matrículas na quinta série, o candidato deveria ter idade mínima de 11 anos, apresentar o diploma do curso primário ou certificado que comprovasse educação primária satisfatória e atestado de saúde que comprovasse sanidade física e mental. O ingresso na sexta série seria, somente, para os alunos que frequentaram a Escola Parque e que tivessem sido aprovados nas provas finais de 1963. Apresenta-se, ainda, as vantagens do curso

o currículo escolar das duas séries que compreenderia práticas especializadas, matérias de cultura geral, práticas educativas, tendo como matérias obrigatórias o português, ciências sociais, matemática, iniciação às

⁹⁷ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 5 abr. 1959.

⁹⁸ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 31 jan. 1961.

⁹⁹ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 9 fev. 1964.

ciências e, optativas, o francês e o inglês. A concluir a sexta série, o aluno receberá um certificado de aprovação, impresso de acordo com o modelo adotado pela Secretaria de Educação e estará, assim, habilitado a ingressar na segunda série do grau médio do primeiro ciclo¹⁰⁰.

3.3.2 O Censo Escolar do Brasil: ideia salvadora

O delegado da Comissão Nacional do C.E.B., Paulo Matanael Pereira de Souza, escreve uma coluna da primeira página, da edição do dia 08 de novembro de 1964, com a manchete *O Censo Escolar do Brasil*. No texto, apresenta que

(...) havia se tornado praxe, nos meios educacionais, proclamar, sem maiores certezas, que o Brasil possui mais de 50% de analfabetos. E com base nessa estimativa, de difícil ou pelo menos, nunca tentada comprovação, traçavam-se planos e campanhas de erradicação da mazela do analfabetismo, sem que nenhuma produzisse resultados generosos, visto que nunca se conseguiu determinar precisamente onde estavam os analfabetos, quais os locais de sua maior densidade, qual a faixa etária de sua maior incidência, quando menores, quais os responsáveis por sua ausência à escola, etc¹⁰¹.

O autor que informa que “o bom senso tarda, mas não falta” e apresenta o Censo Escolar como uma “ideia salvadora”, como a “primeira e mais elementar das medidas tendentes a embasar um planejamento educacional objetivo e eficaz”¹⁰². Acrescenta que essa ideia do censo escolar foi

(...) criada na reunião dos Conselhos de Educação, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1963, quando o conselheiro Carlos Pasquale, do Estado de São Paulo, apresentou sobre a matéria, comunicação que, pela sua inestimável importância, está destinada a integrar a história dos momentos decisivos de educação brasileira¹⁰³.

De acordo com a matéria, o censo escolar traria os elementos necessários para que pudesse ser feito o “balanço exato das condições educacionais da infância, na faixa etária de zero aos quatorze anos”, assim como a quantidade de salas existentes para o ensino primário e o número de professores que ministram aulas

¹⁰⁰ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 9 fev. 1964

¹⁰¹ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 8 nov. 1964.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Documento nº 21, 2ª parte, p. 64.

nesse nível de ensino, podendo-se obter uma avaliação quantitativa e qualitativa. A partir da posse desses elementos, os estados, municípios, cidades e vilas poderiam concretizar as “tarefas de que a nação carece para dar cumprimento aos compromissos de ordem interna, constitucionais e legais, bem assim aos de âmbito internacional assumidos nas conferências de Punta Del Este e de Santiago”¹⁰⁴, no que se refere à educação de base.

Destaca, também, que a Constituição proclamava a obrigatoriedade do ensino primário, fixava taxas orçamentárias do investimento em educação, além de obrigar a ação solidária entre os Poderes da União, dos Estados e dos Municípios.

A matéria enfatiza as novas exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente no que se refere aos artigos 28 e 29, que obrigam as prefeituras ao chamamento anual de matrícula para crianças de 7 anos, obrigação essa que se torna difícil de ser atendida, em função da dificuldade de encontrar essas crianças e seus responsáveis. Ressalta, ainda, o “compromisso da nação com o resto do mundo civilizado de extinguir o analfabetismo da população em idade escolar, até o ano de 1970”.

O censo escolar, segundo a matéria, poderia produzir um quadro da realidade e possibilitaria a “programação de tarefas necessárias para a consecução dos objetivos já fixados no Plano Trienal de Educação um dos quais e, quiçá, o mais relevante é o da erradicação do analfabetismo”¹⁰⁵ medida fundamental para as aspirações de um país em processo de industrialização como o Brasil. Enfatiza, também, que a educação é o mais relevante entre os problemas de base propostos pela doutrina do desenvolvimento e à sua solução está condicionado o sucesso dos outros setores. Chama a atenção para a “importância do fato de serem convocados todos os brasileiros para um momento de reflexão sobre a relevância da educação”. Todas as famílias com crianças de zero a quatorze anos participariam do censo, respondendo questionários para a coleta censitária.

A matéria conclui-se com a afirmação de que estaria

definitivamente encerrada a fase entre utópica e demagógica, em que se imaginava poder solucionar um problema de dimensões nacionais, como o analfabetismo, campanhas superpostas, ditadas pelo mandarinato oficial,

¹⁰⁴ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 8 nov. 1964.

¹⁰⁵ Ibid.

sem a participação ativa e solidária da consciência popular. É o Brasil que começa a se ajudar¹⁰⁶.

Na edição de 22 de novembro de 1964, o jornal continua a informar sobre o Censo Escolar do Brasil, que teria como objetivo verificar a situação real do ensino, o que seria indispensável um conhecimento seguro das condições atuais, tais como o “número de crianças e jovens em idade escolar, estudo do desenvolvimento do sistema escolar, deficiência, desvios e erros dos serviços existentes em relação aos objetivos pretendidos.

Ressalta a decisão do governo federal de promover em todo o Brasil, o censo escolar para que fossem estabelecidas “as bases objetivas de uma programação de providências à altura de nossas necessidades educacionais.¹⁰⁷ Registra, também, o apelo feito pela Comissão encarregada da execução do censo ao patriotismo de todos os brasileiros, no sentido de haver colaboração e ajuda dos patrícios, de forma que o empreendimento pudesse oferecer os melhores resultados. Esclarece que a realização do censo foi providenciada de acordo com o convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura, o IBGE¹⁰⁸ e o governo de Minas Gerais.

A matéria informa que

o grande empreendimento tem por objetivo o esclarecimento imediato, feito em bases técnicas, das condições atuais do ensino primário em nosso país, para corrigir suas deficiências e permitir uma nova política no campo educacional, especialmente entre as crianças até 14 anos de idade¹⁰⁹.

Enfatiza que “só se poderá pensar em democracia a partir da escola”. Ressalta que os países demonstram essa realidade e, por isso, a medida governamental que decidiu realizar o censo escolar no país, deveria receber aplausos. Afirma que há muitas queixas de que mais da metade da população brasileira não sabe ler nem escrever, mas que “em números exatos, no entanto, tudo no Brasil é apenas conjuntura, pois não se pode aceitar, sem absoluta margem de insegurança, o que dizem os números apresentados”.

¹⁰⁶ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 8 nov. 1964.

¹⁰⁷ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 22 nov. 1964.

¹⁰⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁰⁹ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 22 nov. 1964.

A matéria apresenta o entusiasmo cívico que se espera da população de forma a promover a “integração de milhões de crianças do Brasil na comunidade política, através da qualificação educacional”. Enfatiza, além disso, que

(...) o desenvolvimento do país exige o Censo Escolar que o MEC e o IBGE decidiram efetuar. É tarefa urgente e de imensa responsabilidade. Ressalta, ainda, que “não se pode desmerecer a cooperação dos estados para a realização da importante medida. Isso mesmo, reconheceu a Comissão Central, que decidiu organizar Comissões estaduais, as quais estão integradas de educadores locais e, nessa qualidade, conhecedores dos problemas regionais, constituindo uma garantia de êxito da iniciativa¹¹⁰ .

O texto apresenta todas as “forças da nação- governantes, educadores, homens de empresa, clero, os militantes das profissões liberais, servidores públicos, chefes de família, estudantes e trabalhadores,” que colaboravam para que o censo escolar revelasse com exatidão, o número de brasileiros em idade escolar. A partir do resultado do censo é que se poder-se-ia pensar em uma “orgânica programação educacional” e, considera, ainda, que ser um “investimento caro e rentável somente a longo prazo e, sendo assim, “a educação precisa da assistência que o atual governo da República está lhe dando.” Afirma, também, que “todos devem dar a sua parcela de esforço, em seu setor de atividade, para que o problema do analfabetismo, que tanto nos humilha, encontre alguma solução adequada e eficaz.

Conclui-se a matéria dizendo que naquele mês, o Brasil estaria se transformando em “vasta oficina de um recenseamento inédito. O MEC e o IBGE haviam colocado em ação “as linhas mestras da batalha”, que, na realidade, só poderia ser vencida se encontrasse a “boa vontade e a receptividade por parte dos governos estaduais, dos educadores e do próprio povo”. E termina, afirmando que já era tempo de “deixar de lado a demagogia e a improvisação e que, em matéria de combate ao analfabetismo, só o Censo Escolar proporcionará um planejamento capaz de atender à realidade brasileira”¹¹¹

De acordo com a matéria veiculada, o censo escolar seria a solução para a problemática do analfabetismo no Brasil.

¹¹⁰ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 22 nov. 1964

¹¹¹ Ibid.

3.3.3 Revolução e Educação¹¹²

Em 15 de agosto de 1965, o jornal apresentou a manchete *Revolução & Educação* para matéria escrita pelo cônego Geraldo Mendes Monteiro. No texto, o autor explicita sua posição em relação à revolução e coloca-se contra os aspectos de sua filosofia, especialmente no que era concernente à educação

O autor menciona os resultados positivos que estavam sendo alcançados e esclarece que “não havia mais, praticamente, um Estado ou Território da Federação, onde não houvesse pelo menos uma estação de rádio com seus programas diários de ‘escolas radiofônicas’. Ele explica, ainda, que essa ideia surgiu em 1956, com a publicação de livros sobre o assunto, de sua autoria e de João Ribas da Costa, em uma “época em que os mais abalizados técnicos em educação, do país, não acreditavam na viabilidade do processo”. Na opinião do cônego, a verdade venceu e os resultados surgiram prontamente.

O Ministério da Educação adotou a ideia, organizou nas suas dependências uma sala para a sede do Sistema Rádio-Educativo Nacional- SIRENA- órgão que foi extinto como se fosse um mal para a República, extinto o órgão federal, extinto, pelo menos pelo desapoio, pelo desestímulo ou pela perseguição, o órgão particular, quer dizer, o que vinham Vigários e Bispos fazendo nas suas paróquias ou nas suas dioceses.

De acordo com o autor da matéria, a “educação que se fazia, até então, não tinha objetivos revolucionários ou políticos, a serviço de credos estranhos, mas, sim, uma educação genuinamente cristã e democrática”. Na opinião dele, “o povo brasileiro estaria, dessa forma, tomando consciência do seu valor, da sua responsabilidade e do seu papel na “construção da grandeza multiforme da Pátria”.

Em seguida, houve um questionamento quanto à necessidade de acabar com esses novos métodos empregados na educação e impedir a continuidade de ação, não havendo, portanto, uma “sequência política educacional”. Ele questiona, também, sobre quantos planos do ministro foram feitos a partir de 1960 e quantos foram levados até o fim, para avaliar eficiência de cada um deles. Observa, ainda, que em Minas Gerais, o “próprio Magalhães Pinto entusiasmou-se pelo processo de

¹¹² Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 15 ago. 1965.

educação pelo rádio” e constituiu, inclusive, um “Grupo de Trabalho para elaborar estudos com vistas a todo o Estado (Cf. “Minas Gerais”, edição de 31-10-1961)”.

Ele citou que participou desse grupo de trabalho e que não havia dúvida quanto à vantagem econômica do método, tendo sido tudo comprovado e testado, então, como viável e eficiente. Esclarece que “não se fundamenta uma democracia sem educação” e que “não existe, mesmo, democracia, sem uma consciência democrática”. Posiciona-se, portanto, afirmando que essa consciência só pode ser proporcionada pela educação básica.

Apresentou, então, outro questionamento em relação à continuidade do processo em Minas Gerais, mesmo que o governo federal não queira mais sua aplicação. Em seguida, ressalta aos leitores que “estamos, no momento, com um Secretário de Educação entusiasta número um da educação pelo rádio” e que o “professor Mello Cançado poderia despertar a consciência de Minas para o problema de educação de base pelo rádio. A matéria é concluída com a afirmação de que “de Minas partiu para a Revolução das armas, para restabelecer a democracia. De Minas poderá partir, agora, a Revolução educacional, para a sobrevivência da democracia restabelecida”.

3.3.4 Instalação de escritório da Aliança para o Progresso em Leopoldina - 1967¹¹³

Na edição de 05 de fevereiro de 1967, o jornal noticia a instalação, na cidade, de um escritório da Aliança para o Progresso. A matéria inicia-se como alvissareira notícia trazida ao conhecimento dos leopoldinenses, sobre a instalação, no 1º dia do mês, do escritório da Aliança para o Progresso, agradecendo a boa vontade do Sr. Launer Combat, diretor do Serviço Social da USAID, no Rio de Janeiro, que havia tido contato com as autoridades civis e religiosas, membros de entidades sociais, classistas, sindicais e de Clubes de serviço, de Leopoldina.

A notícia informa, ainda, que a Aliança para o Progresso

¹¹³ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 5 fev. 1967.

é uma organização de âmbito internacional, criada pelo governo norte-americano, para prestar auxílios e assistência aos homens do campo e da cidade, levando-lhes, e aos seus dependentes, um pouco de bem-estar social e, principalmente ajuda em prol do aprimoramento de suas lides. Aos mesmos e aos seus dependentes presta, a Aliança, também, a assistência médica mantendo, para isto, junto ao seu escritório, um bem montado consultório e um superior depósito de remédios para, mediante receitas, serem fornecidos gratuitamente.

Pode-se inferir, dessa maneira, que não houve uma intervenção da Aliança para o Progresso/ USAID diretamente no setor educacional do município de Leopoldina, limitando-se à assistência médica, conforme concluiu a matéria que cita o agradecimento que Sr. Launer Combat, utilizando-se da coluna da Gazeta, fazia de “modo especial, em nome de todas as entidades classistas e Clubes de Serviço de Leopoldina” ao Dr. Pedro Wellington, “pela maneira humana e cristã como o atendera a 25 de janeiro, quando, ao Hospital Miguel Couto levara o seu primeiro paciente de Leopoldina”.

3.3.5 Contexto econômico e político de Leopoldina, em 1970¹¹⁴

O jornal ora analisado apresentou, na primeira página da edição do dia 11 de janeiro de 1970, a manchete “*ESVASIAMENTO*”, onde informa a sua visão sobre a situação do município naquele período. Iniciou-se a matéria esclarecendo que não era feitiço daquele veículo de comunicação ser pessimista nem mesmo alarmista, mas que os editores sentiam-se na “obrigação de denunciar” o que estava acontecendo no município, seguindo com toda a “honestidade de propósitos que sempre nortearam os princípios da Gazeta de Leopoldina”, ressaltando que seria “palpável e notório” e que sentia-se no “ar que se respira o *esvasiamento* de Leopoldina.

Casas de negócios se fecham, os Bancos diminuem em número, cômodos e mais cômodos comerciais permanecem com suas portas lacradas, por não ter interessados que os aluguem, famílias e mais famílias mudando de nossas cidades,

¹¹⁴ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 11 jan. 1970.

por falta de melhores oportunidades de trabalho ou para poderem continuar dando prosseguimento na educação de seus filhos.

Além dessas informações, citaram que havia estudos técnicos que viabilizavam a instalação do escritório da ACAR e da sede regional do Banco do Estado, tendo sido ambos, deslocados para o município de Muriaé.

A matéria faz referência à situação da educação do município: “O Estado (madrasto) prometeu para breve a recuperação de nossos grupos escolares e até hoje, nada. O Estado prometeu transformar a fazenda Experimental de Vargem Linda, numa escola-modelo, como a de Felixlândia e até hoje...nada”.

Outras situações foram citadas pelo jornal sobre as promessas do Estado como a construção de um frigorífico para fabricações de embutidos, junto à Cooperativa Agropecuária e sobre a construção sobre o Rio Pardo, na estrada que ligava Leopoldina a São João Nepomuceno, que havia sido levada pela enchente de 1948. A construção da ponte teria sido prometida pelo Estado desde a época de sua queda. Afirmou-se, então, nessa matéria, que nada teria sido feito em relação às duas promessas feitas pelo Estado.

Citaram-se, também, outras perdas sofridas pelo município, como a Faculdade de Farmácia, da Escola de Enfermagem, do Tiro de Guerra, do Curso Clássico e do Científico Completo.

Ainda se afirmou que a situação era “deprimente” quando, “de manhã cedo, Kombis e automóveis levam nossos meninos e jovens para estudar em Cataguases e à noite o movimento de rapazes e moças é para Muriaé, onde vão à procura de ensinamentos na Faculdade de Filosofia”. Em seguida, fizeram menção à situação política

Temos um bom colégio eleitoral, temos uma ARENA unida, elegemos um Deputado Estadual, ajudamos muito a eleger um Deputado Federal, temos um Prefeito dinâmico e bem assessorado, temos uma Câmara esclarecida e unida...e porque, então, que isto tudo vem acontecendo numa sequência que nos deixa assustados e apreensivos?

A partir dos questionamentos sobre as questões políticas, a matéria foi concluída com observações referentes ao planejamento de “inimigos” da cidade com o objetivo de prejudicá-la

Dormência...comodismo...inércia...conformismo... Não é não, não podemos continuar assim, é necessário que as *forças* ainda vivas de Leopoldina se unam, mas se unam mesmo, para num *esforço* conjugado, estudado e planejado tente estancar *este esvaziamento*, que em alguns momentos parece ser também planejado e estudado por alguns inimigos de nossa terra...

3.3.6 Soerguimento de Leopoldina¹¹⁵

Na edição de 25 de janeiro de 1970, Kléber Pinto de Almeida iniciou seu artigo citando o editorial do dia 11 do corrente mês, que denunciava o esvaziamento de “nossa querida Leopoldina”, afirmando que “é oportuna, sincera e patriótica a notícia”. Afirmou, ainda, ser “justo lutar pelo soerguimento da cidade, esclarecendo que “é preciso conservar o povo na área municipal e não deixá-lo procurar melhores condições fora. Estancar o *esvaziamento* é assunto do momento. É uma arrancada gloriosa. Merece ser prestigiada. No comércio. Na escola. Na indústria. Em tudo.”

A seguir, apresentou os passos que poderiam ser dados para a melhoria da situação geral de Leopoldina

(...)criação duma Sociedade dos Amigos de Leopoldina, coordenada pelos intelectuais, sindicatos e por todos os que tenham consciência e responsabilidade. Sugestões devem ser colhidas e estudadas pelos leopoldinenses. Não podemos e não devemos perder a oportunidade. Vamos recuperar o prestígio de outrora, retornando Leopoldina à ‘Atenas da Mata’, através do conceito que mereceram o Ginásio Leopoldinense, o Colégio Imaculada Conceição e tantos outros educandários. É urgente e inadiável a elaboração de programa de estudos. Nada de credo religioso e convicções políticas.

O autor afirmou, também, que a campanha de esclarecimento deveria ser prestigiada para que fosse atingido o avanço econômico, ressaltando que o trabalho organizado permitiria maior criação de riquezas e que os investimentos não deveriam ser mais “canalizados e aplicados em cidades vizinhas”. Citou, ainda, que iriam “restabelecer o Tiro de Guerra, porquanto os jovens, deslocados para os quartéis do Exército, em Juiz de Fora, trazem às famílias não só apreensões, mas dificuldades no equilíbrio orçamentário”. Ressaltou, também, que não deveriam

¹¹⁵ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 25 jan. 1970.

aumentar as áreas de atrito e que havia bastante recurso para o “incremento do Turismo, uma vez que Turismo é cultura e diversão, é educação e patriotismo”.

Ressaltou-se que o “o fato mais gritante” seria o “desinteresse pela solução de assuntos ligados ao ensino”. Lamentou, também, “o não funcionamento dos cursos científicos e clássicos. Sugeriu que lutassem pela criação de cursos superiores”.¹¹⁶

Ainda, em relação ao ensino, sugeriu que a Escola Parque-Industrial possuía área suficiente para a instalação de ensino técnico e que a Fazenda Experimental Vargem Linda poderia ser transformada em Ginásio Agrícola ou Superior de Agronomia.

Ressaltou, em seguida, que o editorial, da edição do dia 11 de janeiro de 1970, havia noticiado o encaminhamento diário de crianças ao ensino de Cataguases e o movimento de rapazes e moças para Muriaé.

3.3.7 Educadores se reúnem na Escola Parque para estudo da reforma de ensino- Lei 5.692/71¹¹⁷

Em 13 de novembro de 1971, o jornal publica que nos dois dias anteriores, educadores do município se reuniram para estudar a reforma de ensino, implantada pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Informa, ainda, que o programa de estudos e palestras foi organizado pelas inspetoras Marlene Côrtes Chaves e Lilia Arantes Queiroz e “constou de um temário variado que analisou as linhas gerais da reforma e principalmente o entrosamento entre as escolas primária e secundária”.

O encontro foi realizado no Parque Primário Complementar e contou com a presença de inspetores de ensino, diretores de escolas primárias e secundárias, orientadoras de ensino, licenciadas em pedagogia, professores e representantes das prefeituras municipais.

¹¹⁶ Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 25 jan. 1970.

¹¹⁷ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 13 nov. 1971.

Participaram do encontro, como conferencistas Hélio Weimar Pigosso, Edelweis Petruceli Carayon, Celmar de Fátima Botelho e Maria Auxiliadora de Faria.

3.3.8 A situação da Escola Parque Primário Complementar em comparação às demais escolas de Leopoldina – 1971¹¹⁸

Em 28 de novembro de 1971, o periódico apresenta a situação das escolas do município, naquele final de ano letivo.

Refere-se, primeiramente, ao Colégio Imaculada Conceição, noticiando o Baile de Formatura das normalistas daquele educandário - com “benção dos anéis” - que seria realizado naquela mesma data.

Em seguida, cita que o estadual entregaria no dia 11 daquele mês, os resultados aos 734 candidatos que concorreram às 460 vagas da 1ª série do curso ginásial. Informa, ainda, que naquele ano letivo, “20 alunos concluiriam o curso científico e 24, a 4ª série ginásial”.

A matéria informa que haveria a “diplomação dos 41 contabilistas do Colégio Coronel Luiz Salgado”, no dia 11, na Catedral, após a missa das 19 horas”.

Em referência aos grupos escolares, informa que a escola Augusto dos Anjos encerrou o ano letivo com “503 alunos matriculados, sendo que 66, em duas classes, receberam o diploma de 4ª série”. Relata, ainda, que o “índice de aprovação foi de 93% nas duas classes”. Registra que a escola Botelho Reis “diplomou 190 alunos na 4ª série e 29 adultos no noturno” e que “encerrou o ano letivo com 911 matrículas”.

De acordo com a matéria, a Escola Ribeiro Junqueira encerrou o ano letivo com “765 alunos matriculados e diplomou 160 na 4ª série”. Informou, ainda, que o jornal teria recebido informações de que a CARPE iniciaria as obras de reforma do grupo, ainda naquele ano.

O Grupo Escolar Omar Rezende Peres, segundo este jornal, teria realizado “no dia 30, no salão do SESI, as solenidades de entrega dos diplomas aos 90 alunos que concluíram a 4ª série”. Informou, também, o “total de alunos matriculados no ano: 650”.

¹¹⁸ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 28 nov. 1971.

Em relação às escolas primárias, O jornal informa que na E.C. Orfanato L. Junqueira, “os 15 alunos da 4ª série receberam os seus diplomas” e que “terminou o ano com uma matrícula de 134 crianças”. A E.C. Artur Dorigo (Virgens), segundo a matéria, “findou o exercício com 120 matrículas e diplomou 18 alunos da 4ª série”. Na E.C. Joaquim F. Brito (A. Montes), conforme esse jornal “de um total de 110 alunos matriculados nas quatro séries, 15 receberam diplomas de 4ª série”. Na E.C. Rotary, segundo informações dessa matéria, “23 alunos da 4ª série receberam diplomas” e “encerrou o ano com 102 matrículas.”¹¹⁹

De acordo com a matéria, também, E.C. anexas ao C. Treinamento “encerrou o ano letivo com 90 matrículas e diplomou 26 na 4ª série” e que o Parque Primário Complementar “num total de 170 alunos, promoveu 152” e que “as solenidades de encerramento do ano letivo realizaram-se dia 30. Na mesma matéria, informa-se

que na 5ª série ministram-se as seguintes matérias: Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais, Moral e Cívica, Desenho, Educação Física, Canto e Recreação, Religião e na 6ª série acrescentam-se Geografia, História do Brasil e Inglês. Os alunos de ambas as séries recebem conhecimentos técnicos de tapeçaria, couro, bordado, pintura, corte e costura, encadernação, marcenaria, mecânica, eletricidade, eletrônica, metais.¹²⁰

Essa edição do jornal parabeniza a diretora Izaltina Rennó que, “apesar de todas as dificuldades, vem realizando um excelente trabalho educacional”¹²¹. Pode-se inferir, dessa forma, que a escola estaria passando por dificuldades e, sendo superados os obstáculos graças ao empenho da diretora da instituição.

3.3.9 Grupo Escolar do MEC para o município¹²²

No dia 04 de dezembro de 1971, o jornal repassa as informações recebidas de que o Dr. Joarês Sílvio da Costa, presidente da Câmara Municipal, estaria trabalhando para conseguir a instalação de um grupo escolar para Leopoldina.

¹¹⁹ Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 28 nov. 1971.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

¹²² Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 4 dez. 1971.

O Sr. Joarês foi procurado pelo jornal e esclareceu que “cada município, de acordo com a sua arrecadação, tem o direito de reivindicar verba do Ministério da Educação e Cultura para a construção de um grupo escolar”.

O presidente da Câmara esclarece, ainda, que, para a construção do grupo, Leopoldina “deverá receber uma verba de mil cruzeiros. A Câmara e a Prefeitura já tomaram as providências a fim de encaminhar ao MEC a documentação necessária”.

Informou, também, que a solicitação para a elaboração do projeto de construção do grupo já havia sido encaminhado ao Departamento de Engenharia da Prefeitura. Esclareceu que o engenheiro da Prefeitura, Dr. Helmar Fontes Freire, iria preparar um projeto funcional, adequado às possibilidades do município e dos recursos que seriam recebidos.

Segundo as informações recebidas, o local para a instalação do grupo ainda não havia sido determinada, mas a escolha do terreno seria feita de acordo com a “melhor orientação possível, podendo, inclusive, ser o grupo construído em algum distrito”.

3.3.10 José Domingues categórico: “Teremos o Ginásio Polivalente”¹²³

O fechamento da Escola Parque Primário Complementar constituía-se em preocupação da população e da imprensa local. Na matéria do dia 04 de julho de 1971, o Secretário de Administração José Gomes Domingues, afirmou que Leopoldina teria o Ginásio Polivalente, em entrevista ao jornal.

O secretário explicou que a instalação do Ginásio Polivalente não havia saído para Leopoldina no primeiro nem no segundo grupo de cidades onde seriam instalados esses estabelecimentos de ensino porque, no “primeiro grupo, o PREMEN teria escolhido 10 ou 12 municípios pioneiros, os maiores do estado, inclusive Belo Horizonte”. No segundo, também não, porque as “pessoas em Leopoldina, encarregadas de estudarem a questão, encaminharam erroneamente o assunto”.

¹²³ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 4 jul. 1971.

(...) fins de 1969 e princípios de 1970, Leopoldina deveria ser incluída no segundo grupo. Uma das condições impostas pelo PREMEN era a de que o município fizesse a doação de uma área de 20.000m² para a construção e instalação do Ginásio. As pessoas responsáveis pelo assunto, em vez de providenciarem a doação do terreno, partiram para outra solução, contra a qual me opus por considerá-la prejudicial ao município. Pretendiam essas pessoas que o Ginásio fosse instalado no parque Primário Complementar, pelo que levariam o problema à consideração do MEC. Afastaram, assim, a ideia da construção de um novo prédio. Opus-me à ideia de instalação do Ginásio no Parque porque deveríamos preservar este estabelecimento para a instalação de uma futura escola de ensino técnico ou de uma faculdade. Mesmo porque a construção de um novo prédio *não seria problema para o PREMEN, desde que obtivesse a doação do terreno. A construção de um novo prédio seria vantajosa sob vários aspectos: mercado de serviço através da mão de obra, negócios para o comércio local e outras vantagens de ordem técnica para a instalação do Ginásio.*

Ao ser perguntado ao Dr. José Gomes Domingues porque ele, na época em que era deputado, não teria influenciado no sentido de forçar a doação do terreno pelo município, o Secretário argumentou que era do feitio dele, forçar ninguém e que procurou mostrar aos responsáveis que a solução que estavam dando ao problema não era a ideal nem a mais certa. Afirmou, ainda, que seu ponto de vista foi vencido e resultado foi “nada conseguiram e Leopoldina ficou sem o seu Ginásio Polivalente”.

O Secretário encerra a entrevista dizendo que agora teriam o Ginásio Polivalente na próxima relação do PREMEN e que ele já teria se entendido com o prefeito Darcílio Reis sobre a doação do terreno e caso o município não pudesse doá-lo, teria a promessa do Governador Rondon Pacheco de ceder um terreno do Estado. Ressaltou que o PREMEN estava a par do assunto. Enfatiza, ao término da entrevista, que “desta vez o Ginásio sairá, posso garantir sob palavra”.

3.3.11 Visita do Secretário de Educação: proposta de definição da situação da Escola Parque¹²⁴

A situação da Escola Parque Primário Complementar de Leopoldina encontrava-se fechada há vários meses, de acordo com a matéria do jornal Gazeta de Leopoldina do dia 1º de junho de 1974, na coluna Município em Foco. Dessa

¹²⁴ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 1 jun. 1974.

maneira, a visita do Secretário de Educação, Prof. Agnelo Corrêa Viana, ao município, no dia 14 daquele mês, era esperada pela comunidade leopoldinense.

O secretário da Educação compareceu ao município de Leopoldina para inaugurar as novas instalações do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira. Juntamente com o Dr. José Gomes Domingues e autoridades municipais, o jornal anuncia que seria provável que o Prof. Agnelo Corrêa Viana, definisse a situação da Escola Parque.

3.3.12 Teremos o Polivalente no Próximo Ano¹²⁵

Em 12 de setembro de 1971, mais uma vez, o jornal Gazeta de Leopoldina, na sua primeira página, informa sobre a instalação do Ginásio Polivalente em Leopoldina.

O Secretário José Domingues adiantou ao jornal que estaria praticamente assegurada, para o ano seguinte, a construção do Ginásio Polivalente em Leopoldina. Ele afirmou que todos os problemas de ordem técnica que impediram, antes, a vinda do Ginásio para a cidade, haviam sido superados.

A Prefeitura e a Câmara Municipal estavam examinando vários terrenos a serem doados para a construção do Ginásio, mas a escolha somente seria efetivada a partir de alguns dias. Afirmou, também, que se estudava, inclusive a possibilidade de uma permuta de terreno com a diretoria do esporte Clube Ribeiro Junqueira, para que o Ginásio pudesse ser construído na área onde funcionava seu campo.

Explica, também, que o Ginásio Polivalente “é uma escola moderna que visa a formar o adolescente através da educação intelectual e do treinamento em diversas áreas de trabalho técnico” e que um dos seus objetivos principais seria a “formação do espírito científico que caracteriza a era tecnológica nos países desenvolvidos”. Segundo a matéria, o aluno do Polivalente iria “estudar as matérias do ginásio comum” e, além disso, seria “treinado nos setores de agricultura, indústria, comércio e educação para o lar”. Enfatizou-se, também, que o “estudo e o treinamento no setor dessas disciplinas técnicas” estaria “diretamente relacionado com os estudos de cultura geral nas chamadas disciplinas acadêmicas”.

¹²⁵ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 12 set. 1971.

De acordo com a notícia do jornal, o “homem moderno deve ser dinâmico e versátil e desenvolver as suas habilidades intelectuais, sendo capaz, também, de executar trabalhos práticos, de natureza técnica e científica”.

Concluiu-se a matéria dizendo que

no mundo de hoje o homem que é capaz de fazer um discurso, escrever um poema, admirar uma obra de arte, deve também saber algumas noções de mecânica e eletricidade; deve conhecer na prática o que se faz no comércio e na indústria; deve administrar o seu lar e cultivar a sua horta e o seu jardim.

3.3.13 Escola Polivalente será no Parque Primário Complementar¹²⁶

Em 17 de setembro de 1972, o jornal leopoldinense Gazeta de Leopoldina publicou uma matéria que apresentava as possibilidades de utilização do prédio da Escola Parque Primário Complementar para instalação da Escola Polivalente. De acordo com a matéria, havia estado na cidade de Leopoldina, na semana anterior, o engenheiro Jorge Nacip, em missão do PREMEN – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – para concluir estudos para a instalação da Escola Polivalente no Parque primário Complementar.

As obras de adaptação do Parque Primário, incluindo a praça de esportes que seria construída em terreno doado pela Fazenda do Desengano S/A, teriam início em poucos dias com a finalidade que possibilitar o início das atividades da Escola Polivalente, no ano letivo subsequente.

Segundo as informações apresentadas nessa edição, a “construção e a instalação de uma escola Polivalente, na cidade, não estava nos planos imediatos do PREMEN”. O Secretário José Gomes Domingues, entretanto, intensificou um trabalho junto ao governo e conseguiu incluir Leopoldina na 3ª etapa da construção (1972/1973).

Explicou-se, ainda, o motivo pelo qual o PREMEN optou pela adaptação do Prédio do Parque Primário Complementar, em vez de construir um prédio novo. Conforme as informações apresentadas, O Secretário José Gomes Domingues disse que

¹²⁶ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 17 set. 1972.

Esforcei-me no sentido de que o PREMEN construísse um prédio novo, preservando o Parque Primário Complementar para outras finalidades dentro do plano elaborado pela Comissão Técnica de Educação. A falta de verba, porém, estava dificultando a construção. Partiu-se, por esse motivo para o aproveitamento do parque primário Complementar. Além de várias adaptações de salas de aula, serão construídas outras. Construir-se-ão também laboratórios, oficinas e uma moderna praça de esportes.¹²⁷

O secretário disse, ainda que

Embora o aproveitamento do Parque Primário não seja a solução ideal, não se poderia, de maneira alguma, perder a chance de instalar em Leopoldina a escola Polivalente, cujas características se ajustam com perfeição ao modelo preconizado pela Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, instituída pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. A Escola Polivalente é um avanço na implementação do processo educacional de conformidade com as conveniências da realidade brasileira.¹²⁸

De acordo com a notícia, a Fazenda do Desengano S/A atendeu ao apelo do prefeito Darcílio Junqueira Reis e doou uma área anexa à escola parque, de quase oito mil metros quadrados, que seria destinada à construção da praça de esportes da escola Polivalente. A doação deveu-se, sobremaneira, à “alta importância” para a instalação da Escola Polivalente para o município de Leopoldina. Confirmou-se, ainda, que o prefeito estaria tomando todas as providências para “facilitar a iniciativa do PREMEN no município”.

3.3.14 Uma escola por mês – uma meta da década de 1970/1979¹²⁹

Na edição de 23 de maio de 1973, a Gazeta de Leopoldina apresentou um artigo de Luiz Carlos de Portilho, que escreveu sobre a pretensão de que, com a sensibilização da consciência nacional, como se estava fazendo em outras países, naquela ocasião, e com a mobilização de todos os recursos disponíveis, poderiam se chegar ao ano de 1979, ou seja, ao fim da década, “ostentando confortadores algarismos no que respeita à recuperação de milhões de brasileiros dominados, ainda, pela vergonha da ignorância ou do analfabetismo”.

¹²⁷ Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 17 set. 1972.

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 23 mai. 1973.

O artigo afirmou, também, que

A escola terá, na década 1970/1979, o seu papel insubstituível. Ela precisará existir, fisicamente, em avultada quantidade, para que uma ideia de tanta ambição possa concretizar-se. Somente através de um movimento que revolucionasse os brios cívicos da população brasileira, como os que agitavam místicas populações do mundo de outrora, poderia ter êxito singular sem o concurso físico da escola. Não haveria, hoje, compreensão para que cada brasileiro tomasse a seu cargo a alfabetização de um patricio dentro do seu próprio lar. A vida apressada, difícil, que cada um está vivendo e, além disso, a organização do Estado – autorizado a arrecadar tributos e recursos outros para libertar da ignorância os que dela são *presas* – uma e outra coisas afastam a possibilidade de uma cooperação estritamente pessoal, direta, na conquista de cérebros e inteligências que, burilados, ajudariam o País a galgar as escadas do desenvolvimento para o bem e a felicidade de todos. Não se trata, apenas, de alfabetizar. É preciso, além disso, esclarecer e educar o já alfabetizado.¹³⁰

Ressaltou-se, também, que a Constituição em vigor, “substituindo preceito teórico de textos anteriores, determinou, taxativamente, que os municípios, sob pena de intervenção, apliquem, pelo menos, vinte por cento de sua receita tributária na manutenção do ensino primário. Afirmou, também, que estaria implícita, no inciso constitucional, a construção de prédios escolares. Em seguida, questionou a posição dos prefeitos em relação à luta contra o analfabetismo e a ignorância da população

Por que cada *novo* prefeito, por *este* Brasil afora, durante seu curto mandato-tampão, de dois anos apenas, não se concentra na luta contra o analfabetismo e a ignorância? Por que, cada um *deles*, não constrói um prédio escolar por mês? Deixariam *eles* um traço mais nobre a perpetuar-lhes a administração do que o seu nome em vinte e quatro placas tão ilustres?

Para o autor do artigo, “a escola terá, nesta Década, o seu papel decisivo” e o “número de grupos escolares tornou-se insuficiente”.¹³¹ Exemplificou o empenho do Estado de Minas Gerais na construção de escolas e ressaltou a utilização dos espaços escolares para a alfabetização da população, além da aquisição de outras aprendizagens. Citou, também, atuações políticas que estariam aviltando o país

arrostando as dificuldades de seu erário, construiu e entregou ao professorado mineiro numerosos estabelecimentos, dentro dos quais e dos já existentes, aproveitadas *todas* as horas úteis e não apenas, como outrora, o estreito tempo do expediente da terça parte de um dia, milhares de analfabetos poderão aprender a ler, escrever, discernir entre o certo e o

¹³⁰ Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 23 mai. 1973.

¹³¹ Ibid.

errado, a respeitar o direito alheio, a amar este País, que merece muito mais, de seus filhos, além da criminosa retribuição a *ele* dispensada por uma minoria ridícula que, preferindo a marginalidade, o ofende com gestos terroristas e homicidas e o avilta, lá fora, com a continuidade de sequestro de diplomatas.¹³²

O artigo foi concluído com o questionamento sobre a melhor resposta que poderia ser dada aos detratores internacionais do que a inauguração mensal de um grupo escolar. “Quase cinco mil prefeitos, em dois anos, subscreveriam tão dignificante e notável revide”.

3.3.15 Transferência dos funcionários do Parque Primário e do Centro de Treinamento, em 1973¹³³

Com a manchete “*Transferidos funcionários do Parque Primário e do Centro de Treinamento*”, de primeira página, da edição de 27 de outubro de 1973, informa que havia estado na semana anterior, em Leopoldina, o “Dr. Manoel Lamas de Andrade, representando o Ministério da Educação e Cultura, a fim de solucionar o problema dos funcionários federais do Parque Primário Complementar e Centro de Treinamento de Professores Rurais”.

Segundo informações contidas na matéria apresentada

Assessorado pelo Prof. Sérgio Domingues França, inspetor federal de ensino, o representante do MEC convocou todos os funcionários lotados nos dois estabelecimentos de ensino, oportunidade em que lhes deu ciência de suas transferências para as cidades de Juiz de Fora, Belo Horizonte, Rio Pomba e Januária, conforme opções anteriormente feitas pelos mesmos funcionários. Todos têm o prazo de trinta dias para se apresentar às repartições para as quais foram transferidos, sob pena de perda do emprego. Cada um receberá três salários como ajuda de custo e terá transporte gratuito da família e mudança.¹³⁴

A Gazeta de Leopoldina apresenta, nessa matéria, que recebeu informações de que o Centro de Treinamento de Professores Rurais continuaria, com algumas alterações, no mesmo regime de treinamento e formação de professores rurais, porém, com funcionários estaduais. No entanto, demonstram incerteza quanto às informações sobre o fim que seria dado ao Parque Primário Complementar e

¹³² Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 23 mai. 1973.

¹³³ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 27 out. 1973.

¹³⁴ Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 27 out. 1973.

ressaltam que se esperava a doação “pelo MEC ao Estado ou à Prefeitura”. Afirma, ainda, que “somente após essa decisão, ter-se-á certeza de como venha a ser aproveitado, se para a instalação de uma escola agrícola (de nível técnico) ou das Faculdades SUAM”.

Na edição do dia 19 de junho de 1974, o jornal apresenta uma matéria referente à inauguração das novas instalações do grupo escolar Ribeiro Junqueira, com a presença do Secretário da Educação de Minas Gerais, Agnelo Corrêa Viana, e do seu colega, o Secretário da Administração, José Gomes Domingos.

Nessa mesma matéria, ressalta-se que os dois secretários estaduais, em companhia do Prefeito de Leopoldina, Osmar Lacerda França, “visitaram diversos grupos escolares e a Escola Parque, examinando a possibilidade de novos atendimentos no que diz respeito a reformas de prédios e instalações”. Não houve, portanto, nenhuma informação quanto à situação da Escola parque, especificamente.

3.3.16 O destino do prédio da extinta Escola Parque – 1974¹³⁵

Na edição do dia 23 de novembro de 1974, a Gazeta de Leopoldina informa que na semana anterior tinha estado na cidade, o Dr. Tânus Feres de Andrade, inspetor estadual de ensino, representando o Secretário de Educação, que recebeu o “prédio e instalações da extinta Escola Parque”. Em seguida, o inspetor fez a “entrega do prédio e instalações ao Monsenhor Guilherme de Oliveira, diretor do Colégio Estadual”.

Ressalta-se, ainda, que a “Escola Parque, desde o encerramento de suas atividades, encontrava-se sob os cuidados do Prof. Sérgio Domingues França, inspetor federal de ensino”. Informou-se, também, que o Dr. José Gomes Domingues, Secretário de Administração, realizava “estudo e planejamento para o futuro aproveitamento do conjunto da Escola Parque, tão logo seja desocupada”.¹³⁶

Concluiu-se a matéria, passando-se a informação de que “é pensamento da Secretaria de Educação aproveitar o Parque Primário para a instalação de uma escola profissionalizante”, e que isso deveria ocorrer no “segundo semestre de

¹³⁵ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 23 nov. 1974.

¹³⁶ Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 23 nov. 1974.

1975”. Informou-se, ainda, que a escola profissionalizante que viria a ser instalada no Parque primário será de nível médio”.¹³⁷

3.4 Outra referência da imprensa local – A Tocha¹³⁸

O Jornal A Tocha, de Leopoldina, do dia 07 de agosto de 1974, através da manchete - *Escola-Parque: Educação e Cultura estão de luto* – apresenta um resumo da história dessa Instituição de ensino, no município de Leopoldina. Essa matéria cita que

Em 1958, “em uma das muitas tentativas sérias de nosso País de acabar com o analfabetismo em nossas terras, na gestão de nosso ilustre e brilhante conterrâneo, Dr. Clóvis Salgado, como Ministro da Educação, foi implantado em Leopoldina o Parque Primário Complementar.

Faz-se menção de que a construção da escola teria sido possível em função da verba destinada pelo MEC e ao “esforço do Poder Municipal, então dirigido pelo dedicado leopoldinense, Sr. José Ribeiro dos Reis, Prefeito na época”. Ressalta a evidência da finalidade da Escola Parque

visava dotar as crianças de então, de uma escola realmente profissionalizante, tornando o ensino dinâmico e mais condizente com a realidade brasileira, já, a esta altura, voltada para a formação de técnicos, tão carentes na arrancada progressista a que o País se dispunha a empreender.¹³⁹

A matéria cita a Lei Municipal nº 286, de 26/06/1958, que autorizou o Executivo Municipal a celebrar convênio com o Ministério da Educação e Cultura- MEC- para a construção da Escola Parque, no município de Leopoldina.

A construção é apresentada como um “belíssimo conjunto arquitetônico”, construído no terreno doado pela Prefeitura ao MEC. Ressalta-se que a construção

¹³⁷ Jornal GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, 23 nov. 1974.

¹³⁸ Todas as citações desta seção têm como referência o Jornal A TOCHA, Leopoldina, 7 ago. 1974.

¹³⁹ Jornal A TOCHA, Leopoldina, 7 ago. 1974.

representava um “estilo aprimorado da época, contendo, inclusive, marca inconfundível de estilo arquitetônico”. O prédio construído, segundo o conteúdo da matéria, seria um monumento que deveria “ser preservado pelas atuais gerações para símbolo da época em que foi construído.”¹⁴⁰

Faz-se alusão ao estilo do mobiliário e da decoração, citando que seguia a “mesma marca estilística da geração que a planejou e construiu”. Mencionou, também, os quadros e painéis ali instalados, como símbolos de “uma fase gloriosa da cultura brasileira”. Todas as informações anteriores constituem-se, então, na justificativa para o título do artigo ora apresentado à comunidade leopoldinense. O artigo cita que, paralelamente às atividades da escola, um dos prédios do conjunto arquitetônico abrigava uma “patente Rádio, Rádio SIRENA, com moderna e potente aparelhagem, destinado à emissão de aulas pelo rádio, centralizando uma rede de escolas que funcionavam orientadas por monitores”, comparando com o Projeto Minerva, que funcionava na ocasião da escrita desse artigo.

Informa-se que a Rádio SIRENA foi silenciada e teve suas atividades encerradas, embora sem exatidão dessa data. Justifica-se o fechamento dessa rádio pela superação do sistema de ensino, embora apresentando discordância em relação a essa decisão. No entanto, questiona-se a falta de cuidado com a aparelhagem “caríssima” que estava se deteriorando e sendo entregue “à ação destruidora do tempo”. E, assim, chama-se a atenção para o fato de que as instalações da Rádio SIRENA encontravam-se à disposição de quem quisesse ver uma “aparelhagem, caríssima, completamente destruída pelo desuso e pelo descaso”. O artigo retoma a história da Escola Parque e cita que a instituição

formou levas de alunos que hoje ou continuam seus estudos ou exercem profissões simples, mas honradas, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade leopoldinense. Anos a fio professores e diretores do estabelecimento tiraram das trevas do analfabetismo gerações de alunos carentes de recursos que lhes permitissem uma educação efetiva.¹⁴¹

Apresenta-se, então, o sentimento de perda para o município de Leopoldina com o fechamento da Escola Parque Primário Complementar, chamado por esse

¹⁴⁰ Jornal A TOCHA, Leopoldina, 7 ago. 1974

¹⁴¹ Ibid.

jornal de Escola Parque, e apresenta uma afirmativa e um problema para a comunidade leopoldinense: “O fechamento do Parque trouxe um problema social de alto significado para a nossa comunidade: onde abrigar os que cursavam ou pretendiam cursar a Escola-Parque?”

Esclarece-se que não era preciso “grande conhecimento para avaliar o peso que a situação” do fechamento da Escola Parque traria para a administração municipal, que seria a esfera mais atingida por aquela circunstância.

De acordo com o artigo, o então prefeito, Sr. Darcílio Junqueira Reis, teria adquirido para o município, o prédio do antigo Ginásio Espírito Santo e, em convênio com o Estado, cedendo-o ao Colégio estadual Botelho Reis, instalando-se ali o Anexo, que “absorveu o fluxo de alunos do Parque Primário Complementar”.

Questiona-se, então, o destino das instalações da escola extinta e apresentam-se outras informações aos leitores em relação ao aproveitamento do prédio da Escola Parque. Primeiramente, o oferecimento ao PREMEN-MG para a instalação do Ginásio polivalente, “versão mais atualizada da profissionalização”.

Depois de muitas exigências feitas à Prefeitura e convênio assinado, verificou-se que a “pretensão do PREMEN feria o patrimônio local: talvez uns 70% do conjunto seriam destruídos para atender à adaptação ao funcionamento do Polivalente. O prefeito da época, Osmar Lacerda França teria reagido e, dessa forma, foi aceita a proposta de troca da posse da Escola Parque pela Prefeitura (para implantação das faculdades Integradas de Leopoldina) em contrapartida à doação de um terreno para a construção do Polivalente. Informa-se que os educadores do PREMEN reconheceram a validade dos motivos expostos e aguardava-se, então, a liberação da verba para a construção do Polivalente.

Critica-se o desmando na liberação das verbas e sugerem os elementos que seriam suficientes para as discussões que subsidiariam as decisões do Ministério da Educação e Cultura. Entre as sugestões, cita-se a cláusula quarta do convênio assinado entre a Prefeitura e o MEC, para a construção da Escola Parque:

Enquanto a campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo estiver atuando em Leopoldina, a direção, administração e controle do conjunto escolar em causa e do terreno comprado de acordo com a cláusula terceira lhe caberão integralmente. Por ocasião da retirada da Campanha, qualquer que seja o momento que isto aconteça, será estudada a fórmula de, por meio de cooperação entre o estado de Minas Gerais, o Ministério da

Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Leopoldina, ser assegurada a continuidade das atividades escolares em causa.¹⁴²

O artigo foi concluído com considerações referentes à situação da utilização das instalações da extinta Escola Parque. Primeiramente, há referência à atuação indevida do MEC que não deveria, numa solução unilateral, ter deliberado sobre a destinação dos móveis e utensílios pertencentes à escola Parque. Ratifica-se que a “posse do imóvel seria líquida e insofismável da Prefeitura Municipal de Leopoldina”, considerando-se que nos dados e informes do PREMEN, publicado pela própria entidade, teria sido encontrada, na primeira página, que “no âmbito nacional o PREMEN é administrado por uma Comissão de Administração que representa a União em todos os atos relacionados com a execução dos projetos previstos no Programa”.

E, dessa forma, se havia concordância por parte do PREMEN e se a Secretaria de Educação não tinha nenhuma oposição à proposta do prefeito, a Escola Parque deveria continuar pertencendo ao município de Leopoldina, não cabendo, portanto, o “disparate de se autorizar o desmonte de suas instalações para suprir outras cidades” e apela-se às autoridades, de qualquer esfera, que não permitissem os desmandos que estavam sendo cometidos em nome de um Ministério que vinha conduzindo muito sabiamente a política educacional do Brasil.

¹⁴² Jornal A TOCHA, Leopoldina, 7 ago. 1974.

CONCLUSÃO

O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira – JK- enfatizou os aspectos profissionalizantes que formariam os empregados qualificados para atender à demanda dos setores da produção econômica.

Pode-se concluir que a educação, para JK, estava vinculada ao desenvolvimento, como um instrumento ao seu serviço e da modernização do Brasil. Desta forma, o sistema de ensino brasileiro deveria atender às demandas do setor industrial e econômico, segundo a ideologia desenvolvimentista.

O ensino primário, no governo de Juscelino, encontrava-se vinculado às ideias relativas à erradicação do analfabetismo, como é o caso da Escola Parque Primário Complementar, criada em Leopoldina-MG, em 1960, como uma experiência educacional que deveria preparar os jovens para o mundo do trabalho.

Pode-se inferir a partir desta pesquisa, com a análise de relatos obtidos nas entrevistas aplicadas a ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários, que a Escola Parque Primário Complementar de Leopoldina deixou marcas positivas na vida pessoal e profissional dos cidadãos que participaram da comunidade escolar dessa Instituição de ensino, no município de Leopoldina, Minas Gerais.

O fechamento dessa escola causou estranheza para parte dessas pessoas, que relatam não conhecerem os motivos para o encerramento das atividades do estabelecimento de ensino que foi um marco na história da educação do município, enquanto outras delas justificam a interrupção do projeto educacional inovador instalado no município, atribuindo essa situação a questões relativas à perda da força dos políticos ligados ao encaminhamento de ações para o crescimento e progresso de Leopoldina.

Nos relatos e em parte da documentação pesquisada pode-se identificar que a escola teve suas atividades encerradas sem que, para isso, houvesse uma preparação dos membros da comunidade escolar e, até mesmo, da diretora da Instituição.

Por meio deste estudo, foi possível a identificação, na documentação, no registro na imprensa local e nos relatos dos entrevistados, do período de funcionamento da Escola Parque, com indícios de encerramento de suas atividades

em 1973, quando os funcionários passam a ser transferidos. Essa constatação difere de outras fontes, que afirmavam que a escola teria sido fechada em 1968.

Os ex-professores e ex-funcionários da Escola Parque foram transferidos para outros locais de trabalho, sem que houvesse compreensão por parte deles sobre a situação do fechamento da instituição, que havia levado tantos benefícios para essas pessoas. Essas pessoas foram surpreendidas, negativamente, nesse sentido e demonstrou que a comunidade escolar não estava conscientizada a respeito do contexto que impediria a continuidade do projeto da Escola Parque.

A Escola Parque Primário Complementar deixou marcas positivas na vida das pessoas que participaram do seu cotidiano. As lembranças apresentadas pelos entrevistados e os registros na imprensa local demonstram que essa instituição de ensino marcou a história do município, especialmente, por ter sido um projeto piloto de abrangência nacional, do início da década de 1960 e que colocou o município de Leopoldina, no cenário da educação brasileira. Pode-se concluir que o fechamento dessa escola deu-se por mudanças nas políticas públicas e conseqüente mudanças na legislação educacional, além de deixar impressões de queda da influência dos políticos locais que teriam perdido sua força na conquista e manutenção de melhorias para a cidade.

Esta pesquisa abre possibilidades para que outros pesquisadores possam ampliar os estudos da Escola Parque Primário Complementar de Leopoldina, a partir das fontes aqui identificadas, da análise dos relatos apresentados neste estudo e da análise das entrevistas completas disponíveis no arquivo da Universidade do estado de Minas Gerais- UEMG – Unidade de Leopoldina.

FONTES

Histórico: Parque Primário Complementar – Leopoldina (MG)

Caderno de Planos Diários – prof. Zanoni de Araujo – 1964

Livro – ARAUJO, Zanoni de. REMINISCÊNCIAS. Leopoldina, 2006.

PARECER nº SPD/034/72 , DE 06/09/1772

LEI Nº 286, de 26/07/1958 – Prefeitura Municipal de Leopoldina -autoriza a Prefeitura Municipal de Leopoldina a assinar termo de acordo especial com o Ministério da Educação e Cultura para construção de uma Escola Parque pela C.N.E.A.

Carta nº 12 SEM/DIV/001/73, de 02 de janeiro de 1973 – do Secretário Executivo do PREMEN-MG à Diretora do Parque Primário Complementar Leopoldina-MG)Izaltina Rennó Guedes – apresentação do arquiteto contratado pelo PREMEN-MG para execução dos projetos para transformação desse parque em Escola Polivalente.

Correspondência do Prefeito Municipal de Leopoldina, Darcílio Junqueira Reis, ao Dr. José Antônio Coutinho, Diretor do programa de Expansão e Melhoria do Ensino PREMEN-MG (Belo Horizonte – MG) , datada de 13 de setembro de 1972 – encaminha documentos necessários à instalação do polivalente na cidade de Leopoldina, com alusão à doação da área do Parque Primário Complementar.

RELATÓRIO DE VISTORIA na Escola Parque, de 22 de março de 1973, do PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO – MECDR-PREMEM.

RELATÓRIO DE VISTORIA à Escola Parque- Supervisor –CAE/MG, Humberto Reis, de 25/04/1973

RELATÓRIO DE VISTORIA à Escola Parque- Supervisor –CAE/MG- S.1, Humberto Reis, de 16/05/1973.

Ofício nº 108/73/DG – da SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA AUGUSTO MOTTA-Faculdades Integradas. Rio de Janeiro (GB), de 10 de outubro de 1973- solicitação ao prefeito Municipal de Leopoldina para utilização do prédio da Escola Parque para implantação das Faculdades (SUAM).

Ofício nº 634/DA, 20 de outubro de 1973 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA ao Departamento de Administração – trata de levantamento dos bens móveis do Parque Primário Complementar, do Centro de Treinamento de Professores Rurais e da Rádio Sirena.

MEMORANDUM – 25/10/1973

Correspondência do Escritório de Arquitetura Mindello e Carvalho, Ney Gomes de Carvalho, para Dr. José Antonio S. Coutinho – Gerente de Construções do PREMEM-MG – de 23 de outubro de 1973. – liberação de pagamento da última parcela do valor contratual referente ao projeto arquitetônico estrutural para transformação da Escola Parque.

Correspondência do engenheiro civil Isaac Faerman- Belo Horizonte, 17 de outubro de 1973, ao Ney Gomes de Carvalho e Equipe – referente a alterações nas obras de transformação da Escola Parque.

Correspondência do Ministério da Educação e Cultura/ Programa de Extensão e Melhoria do Ensino – PREMEN/ Comissão Estadual de Minas Gerais, de 17 de agosto de 1972, à D. Izaltina Rennó Guedes, Diretora do parque Primário Complementar de Leopoldina – MG

A TOCHA- periódico – Leopoldina nº 12 – 07 de agosto de 1974 – “ESCOLA – PARQUE: Educação e Cultura estão de luto”

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDRÉ, M. E. Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou convergência? **Cadernos CERU**, v. 3, p. 161-65, 1991.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

BARROS, Edgar Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2002.

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. In: _____. **Charles Baudelaire – um lírico no auge de capitalismo**. Obras escolhidas III. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 9-102.

BERMAN, Marshall. **Tudo é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Parte II e III. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 109-203, 420-433.

BOJUNGA, Claudio. **JK - O artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Campo Intelectual e projeto criador. In: **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-145.

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Desenvolvimento e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 50. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 705-725, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a1036129.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

GOMES, Angela de Castro. Qual a cor dos anos dourados?. In: _____ (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2002.

_____. **Direitos e Cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson et al. **História oral: Desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Florianópolis/SC: Ed. Da UFSC, 2012.

LAFER, Celso. **JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Trad. Maria Victória de M. Benevides. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LUDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986. 99p.

MANNHEIM, Karl. O problema da “intelligentsia” – um estudo de seu papel no presente. In: _____. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1974, p. 69-139.

MARIANI, Maria Clara. Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

MEIHY, José Carlos Sebe Bo; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MONTEIRO, Norma de Góes. **O Brasil de Clóvis Salgado**. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007.

MOREIRA, J. Roberto. **Uma experiência de Educação**: o projeto piloto de erradicação do analfabetismo do Ministério da Educação e Cultura. Brasília: MEC, 1960.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10. dez. 1993.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

OLIVEIRA, Juscelino K. **Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai Ltda, 1955.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1992.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 166-314.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 231-268.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2007.
WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez. **História falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC SP- Museu da Pessoa, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.